

Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal

**EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA RECEITA TRIBUTÁRIA
ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL: POR QUE
DECRESCEU MUITO MAIS QUE O PIB?**

José Roberto Afonso

Kleber Castro

Gabriel G. Junqueira

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

63

ISSN 1983-0645

Brasília, setembro / 2009

Contato: *conlegestudos@senado.gov.br*

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

Os trabalhos da série "Textos para Discussão" estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm

Evolução e Estrutura da Receita Tributária Administrada pela Receita Federal: por que decresceu muito mais que o PIB?

*José Roberto Afonso, Kleber Castro e Gabriel G. Junqueira*¹

INTRODUÇÃO

O acompanhamento da crise financeira global exige uma atenção particular para o nível da receita pública diante da rigidez do gasto no País, caracterizado pela consistente expansão de despesas de caráter permanente.

Como cresce a importância da política fiscal dentro da política econômica diante da crise e da busca de saídas para ela, mais do que nos tempos de bonança importa verificar o desempenho mais recente da arrecadação e, particularmente, da receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RAD), tendo em vista o papel decisivo que a União precisa exercer na reação à crise.

Por princípio, a arrecadação tributária possui correlação estreita com o nível de atividade econômica. Esse fenômeno não poderia deixar de ser observado durante uma crise financeira global, que provoca recessão e eleva o desemprego. Nesse contexto, era de se esperar uma queda generalizada nas receitas.

Para identificar os impactos efetivos da crise sobre a arrecadação tributária, este trabalho se propõe a analisar os dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) referentes ao período recente (1º semestre de 2009) e compará-los com o mesmo período de anos anteriores, quando a economia brasileira não sofria com a crise. A investigação pôde aqui ser aprofundada a partir da decomposição da RAD por setores de atividade econômica, tomando por base tabulações especiais gentilmente cedidas

¹ José Roberto Afonso é economista e técnico em contabilidade; funcionário de carreira do BNDES, atualmente cedido ao Senado Federal e lotado na Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade (CACFE). Gabriel Junqueira é economista e mestrando da UNICAMP. Kleber Castro é economista e mestrando da UFF.

Análise técnica elaborada para o Senador Tasso Jereissati, Relator da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade (CACFE), presidida pelo Senador Francisco Dornelles, com a finalidade de examinar os determinantes da redução da arrecadação tributária federal, inclusive com impactos sobre os Fundos de Participação de Estados e Municípios. A seu pedido, a Receita Federal do Brasil (RFB) forneceu as tabulações especiais com a RAD (RAD) classificada setorialmente.

Uma versão anterior desta análise está para ser publicada pela Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), do Ministério da Fazenda.

Como de praxe, as opiniões aqui expressas são de exclusiva responsabilidade dos autores e não das instituições a que estão vinculadas ou as que foram aqui citadas.

pela RFB, que detalham a classificação de atividades (CNAE) a três dígitos e apresentam uma série histórica desde o início desta década.²

Não são cobertos por tal levantamento as arrecadações das receitas previdenciárias e aquelas que não puderam ser classificadas setorialmente, por conceito (como IRPF) ou por sistema (caso das oriundas do regime especial de microempresas e dos eventos de retificação).

A análise abrangerá inicialmente a arrecadação consolidada, procurando medir sua evolução em relação à economia, e só depois tratará da classificação por grandes setores e por atividades que mais recolhem tributos federais. Para evitar problemas com sazonalidades da receita, a comparação será feita apenas entre os resultados do primeiro semestre de cada ano. Para calcular a carga semestral, será comparada a receita em valores correntes com o montante também corrente do PIB, oficialmente apurado para cada período pelo IBGE e, para este ano, o adotado pelo Banco Central. Portanto, não há projeção própria, apenas a sistematização dos dados e o cálculo dos índices.

Antecipa-se que o IPEA também analisou recentemente o comportamento recente da receita tributária federal depois da crise, tendo divulgado em 26/08/2009 a Nota Técnica “O que explica a queda recente da receita tributária federal?”, bem assim uma apresentação da Diretoria de Estudos Macroeconômicos responsável pelo estudo.³ Enquanto a presente análise se baseia apenas nos setores de atividade, o texto IPEA (2009a) agrupou a arrecadação por principais bases e identificou principais tributos, inclusive calculando elasticidades e desempenhos setoriais.

² Os dados originalmente cedidos pela RFB estão disponíveis em planilha eletrônica que pode ser “baixada” da seguinte página:

<http://www.joserobertoafonso.ecn.br/site.aspx/AcervoPessoal.aspx?Tip=1&Num= 525>

³ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090826_NotaTecTribut.pdf

EVOLUÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RAD)

A razão entre receita tributária/PIB é conhecida por carga tributária e dá uma dimensão relativa do seu comportamento, em princípio, já considerando os impactos da crise na arrecadação. Se por hipótese a elasticidade fosse exatamente unitária, a carga poderia ficar constante – ou seja, mesmo que por hipótese o PIB real caísse 4%, a arrecadação também recuaria em 4% e o percentual da carga permaneceria exatamente o mesmo. Entretanto, uma peculiaridade brasileira ajuda a explicar a diferença entre a queda da produção real e a queda da arrecadação de tributos: exercícios econométricos mensurando diferentes elasticidades da arrecadação à sua base e ao hiato do produto, inclusive repetindo e comparando com modelagem aplicada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),⁴ já sinalizavam que na fase descendente do ciclo econômico a arrecadação poderia cair num ritmo mais intenso – o que também foi confirmado por IPEA (2009a).⁵

A evolução da razão entre RAD e PIB no primeiro semestre de cada ano desta década é demonstrada na Figura 1. Importa ter sempre presente que a CPMF foi cobrada até 2007 (que no primeiro semestre daquele ano arrecadou 1,38% do PIB) e sua extinção a partir de 2008 não levou a uma queda da arrecadação na primeira metade daquele ano – pelo contrário, a carga tributária federal subiu 0,5 pontos do produto em relação à igual período de 2007.⁶

⁴ Na verdade, quando detalhados por tipos de tributos, a simulação comparativa entre as elasticidades tributárias no Brasil e na OCDE apontava para movimentos que, com os resultados efetivos do início de 2009, parecem não estar se concretizando plenamente. Ela apontava que a crise financeira internacional levaria o produto a se posicionar abaixo do produto potencial e, com isso, teria um efeito mais do que proporcional na arrecadação do IR (pessoa física e jurídica) e INSS, mas menos do que proporcional em tributos indiretos. Em princípio, como no Brasil os impostos indiretos possuem um peso maior do que na média de outros países, era de se esperar que a arrecadação global sofresse relativamente menos (ainda mais considerando que a elasticidade brasileira é de 0,8 em relação ao hiato do produto, pouco abaixo da média europeia de 0,9).

⁵ IPEA (2009a) testou modelos estatísticos de previsão das receitas por base e cotejou com variáveis econômicas tendo encontrado, para o primeiro semestre de 2009, as seguintes elasticidades, por ordem decrescente: 1,31 para produção industrial; 1,23 para importação; 1,19 para trabalho; 1,11 para lucro; 0,69 para crédito; 0,68 para faturamento e valor adicionado; 0,46 para renda fixa; e 0,17 para renda variável. Calcularam um erro efetivo de apenas 0,4% entre a receita prevista e a realizada no período.

⁶ A preços constantes (IPCA), confrontando os recolhimentos para a Receita entre o primeiro semestre de 2007 e o de 2009 é constatado um crescimento de 6,5% no conceito de RAD. Se forem incluídas as contribuições previdenciárias, essa taxa sobe para 9,3%.

Figura 1: EVOLUÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA NO PRIMEIRO SEMESTRE EM % DO PIB

Ano	Total A=B+C	"Setorializada" B	Outros (sem setores) C	CPMF D	RAD Líquida de CPMF E=A- D
2000	13,93%	13,50%	0,43%	1,32%	12,61%
2001	14,11%	13,70%	0,41%	1,25%	12,85%
2002	15,05%	14,63%	0,43%	1,32%	13,74%
2003	15,24%	14,71%	0,53%	1,39%	13,85%
2004	15,50%	14,80%	0,70%	1,35%	14,15%
2005	16,07%	15,57%	0,50%	1,39%	14,69%
2006	15,84%	15,39%	0,46%	1,34%	14,51%
2007	16,28%	15,72%	0,55%	1,38%	14,90%
2008	16,78%	15,94%	0,84%	0,08%	16,70%
2009	15,33%	14,54%	0,79%	0,01%	15,33%
2009-2008	-1,45%	-1,40%	-0,05%	-0,07%	-1,38%
2009-2007	-0,95%	-1,18%	0,23%	-1,37%	0,43%
2009-2002	0,28%	-0,08%	0,36%	-1,31%	1,59%

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil.

Total exclui receita previdenciária. Receita "setorializada" abrange arrecadação identificada por CNAE. Outros abrange arrecadação do SIMPLES, IRPF e outras receitas atípicas.

A crise significou uma súbita perda de dinamismo na primeira metade de 2009.⁷ Em relação à igual período do ano anterior, só a RAD perdeu o equivalente a 1,45 pontos do PIB. O impacto da crise foi tal que, em apenas um semestre, a carga do início de 2009 (15,33% do PIB) recuou em seis anos: só ultrapassa, por pouco, a de 15,24% do produto em igual período de 2003.

Se descontada a CPMF da série, a trajetória é outra. Assim, se entre o primeiro semestre de 2007 e de 2009, a queda foi de 0,95 pontos do produto, computada a CPMF; se for excluída, houve incremento de 0,43 pontos na carga – portanto, um recuo apenas de um ano (queda de 1,38 pontos entre o início de 2008 e de 2009). Isto significa que, embora a produção nacional tenha caído depois da crise, os recolhimentos realizados para a Receita Federal do Brasil diminuíram num ritmo bem mais intenso.

Para aprofundar a análise é feita, em primeiro lugar, uma separação da RAD que não pode ser classificada por setores – caso da oriunda do regime especial de microempresas (SuperSimples), do IRPF e de outros recolhimentos atípicos. A Figura 1 mostra que não foram as receitas "não-setorializadas" (coluna C) que ditaram a queda da carga tributária em 2009, mas sim o primeiro e maior bloco (coluna B), formado

⁷ A divulgação mais recente da arrecadação federal de julho e de agosto de 2009 indica que não houve uma mudança na tendência do comportamento da receita ser pior que o da economia. Excluídas contribuições previdenciárias, a receita acumulada até agosto foi inferior em 10,6% à realizada em igual período de 2008, em termos reais. Essa foi a mesma taxa observada no acumulado até junho.

pelas receitas comumente oriundas das pessoas jurídicas, em especial grandes e médias empresas e pelos bancos. Chega até a ser surpreendente que o impacto da crise tenha sido quase nulo para o bloco de SIMPLES, IRPF e outros: queda quase imperceptível de 0,05 ponto do PIB entre o primeiro semestre de 2009 e de 2008 e aumento de 0,36 ponto em relação ao mesmo período de 2002. Salvo algum problema no tratamento da base estatística, a explicação pode estar na adesão maciça ao regime simplificado anterior e ao que foi ampliado há poucos meses, para contemplar mais setores e até tributos de outros governos – conhecido como Simples Brasil / Super Simples. Portanto, a queda do total da RAD recente pode ser toda explicada pela queda do agregado receita setorial.

Um último aspecto sobre a evolução da RAD envolve os resultados no segundo semestre da década. Como já foi dito, esta análise opta por cotejar apenas as receitas dos primeiros semestres de cada ano, para evitar distorções decorrentes de sazonalidades, mas não custa apresentar o resultado para o segundo semestre. Assim, a Figura 2 mostra a evolução para cada semestre dos últimos oito anos e mais o primeiro deste ano do total da RAD decomposto por setor, seja em valores, seja expresso em % do PIB.

Figura 2 - EVOLUÇÃO SEMESTRAL DO TOTAL DA RECEITA ADMINISTRADA DECOMPOSTO POR SETORES DE ATIVIDADE

Ano/Semestre	R\$ milhões correntes	R\$ milhões constantes	% do PIB
2000/01	75.602	138.228	13,50%
2000/02	83.007	146.382	13,40%
2001/01	86.504	148.363	13,70%
2001/02	93.664	154.279	13,96%
2002/01	103.548	164.875	14,63%
2002/02	118.393	178.714	15,38%
2003/01	119.247	163.344	14,71%
2003/02	126.479	168.508	14,22%
2004/01	138.227	178.419	14,80%
2004/02	150.899	187.774	14,97%
2005/01	160.672	192.707	15,57%
2005/02	173.384	203.259	15,54%
2006/01	173.524	198.397	15,39%
2006/02	188.273	213.275	15,16%
2007/01	197.420	218.848	15,72%
2007/02	217.334	236.413	16,19%
2008/01	222.441	234.630	15,94%
2008/02	234.352	239.937	15,68%
2009/01	209.542	209.542	14,54%

Fonte: Elaboração própria. Fonte primária: Receita Federal do Brasil, IBGE (IPCA) e BCB (PIB).
 Exclui receitas previdenciárias; IRPF, Simples e restituições.
 A preços constantes médio do 1.Semestre de 2009 deflacionado pelo IPCA.

Observa-se que o impacto da crise financeira global já tinha sido sentido na carga tributária relativa à RAD do segundo semestre de 2008 (ainda que taxas negativas na variação interanual só tenham sido constatadas a partir de dezembro). Após o resultado recorde (16,19% do PIB) no segundo semestre de 2007, a RAD já tinha recuado para 15,68% do PIB na segunda metade de 2008 – uma queda de 0,51 pontos do produto entre os dois períodos.

Na seqüência semestral, a RAD recua para 14,54% do PIB no primeiro semestre de 2009, com um decréscimo de 1,14 pontos do produto em relação ao semestre anterior. Também se observa que, em valores constantes, novamente encadeando seqüencialmente os semestres, os R\$ 209,5 bilhões arrecadados na primeira metade de 2009 só superam os R\$ 198,4 bilhões de igual período de 2006 – ou seja, em valores o recuo seria de apenas três anos (contra um recuo de sete anos, em proporção do PIB). Sempre lembrando que a série da Figura 2 não compreende toda a RAD – exclui SIMPLES, IRPF e outras receitas.

DECOMPOSIÇÃO DA RAD POR GRANDES SETORES

A análise da decomposição setorial da RAD interessa para tentar compreender melhor os motivos para a arrecadação estar caindo muito mais que o PIB. A intenção é tentar identificar quais são as atividades econômicas cujos recolhimentos mais sofreram com a crise e, sendo assim, quais são os setores que devem receber atenção prioritária da política anticíclica dos governos.

A concentração das perdas no grande bloco da receita setorialmente classificada é um fato que favorece o propósito desta análise de tentar identificar as atividades mais impactadas pela crise, em termos de contenção no recolhimento tributário. Especificamente, cabe investigar quais setores que determinaram com mais ou menos intensidade a queda da RAD pela RFB. O interessante desta análise é também permitir estimar quais foram os setores mais afetados pela crise. Ou seja, se o ritmo de arrecadação de um determinado setor caiu mais do que a média, espera-se que este setor tenha reduzido sua atividade mais do que a média.

Como já visto na Figura 1, a queda mais abrupta da receita setorial agregada se deu entre a primeira metade do ano passado à primeira metade deste ano: -1,4 pontos do PIB. Numa visão mais longa, na comparação com 2002 a queda é de apenas 0,14 pontos

do produto. Isto significa que a agregação da RAD setorial de 14,54% do PIB no primeiro semestre de 2009 foi o pior resultado da arrecadação desde 2002, só superando a carga do biênio 2000/01. Não há dúvida que a trajetória de crescimento contínuo e crescente da carga tributária federal foi bruscamente interrompida depois da crise internacional.

Esse movimento decrescente não foi linear, em todos os setores, como será demonstrado nas Figuras 3. A evolução da RAD de cada grande setor expresso em porcentagem do PIB, para cada primeiro semestre desta década, é apresentada na Figura 3-A. Já a análise dos determinantes da variação da RAD total entre diferentes fases é destacada na Figura 3-B.

Conforme a Figura 3-A, entre os maiores arrecadadores, a Indústria de Transformação mantém-se no topo do *ranking* em 2009 com uma carga tributária (federal) de 4,67% do PIB, mas com forte recuo em relação ao ano anterior, o seu melhor da década (5,73% do PIB). Na seqüência, aparecem os setores Financeiro (3,64% do PIB em 2009, mas o melhor ano foi 2007, com 4,43%) e Comércio (1,78% do PIB, abaixo de 2008, mas acima dos outros anos). Se a RAD apresentou comportamento setorial bem heterogêneo, a dispersão dos impactos entre os setores foi enorme, como evidenciado na Figura 3-B. Isto serve como um primeiro sinal de que a contenção da carga tributária federal pode não refletir apenas os efeitos da crise financeira global.

Em que pese a Indústria de Transformação se manter como o principal setor em termos de arrecadação de receita para a RFB, este também foi o setor que mais afetou a RAD do primeiro semestre de 2008 para o mesmo período de 2009. A queda da carga deste setor neste período foi de 1,06% do PIB, o que explicou quase 76% do total da queda da RAD setorial do governo federal. Outra forma de enxergar isto é a queda da participação da indústria de transformação na composição da carga setorial de 2009: enquanto no primeiro semestre de 2008 o setor respondia por quase 36% de toda a receita setorial, em 2009 esse percentual caiu para aproximadamente 32%. Esse resultado coaduna-se com as recentes estatísticas divulgadas pela Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Segundo o resultado desta pesquisa em junho, a produção física da indústria brasileira no primeiro semestre de 2009 caiu 13,4% frente ao mesmo período de 2008 – o pior resultado em 34 anos.

Figura 3-A- EVOLUÇÃO DA CARGA DA RAD POR GRANDES SETORES NO PRIMEIRO SEMESTRE - 2000/2009

Grandes Setores	Em % do PIB									
	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
SOMA	14,54%	15,94%	15,72%	15,39%	15,57%	14,80%	14,71%	14,63%	13,70%	13,50%
Indústria de Transformação	4,67%	5,73%	5,38%	5,36%	5,64%	5,16%	4,95%	4,27%	4,39%	4,06%
Financeiro	3,64%	3,97%	4,43%	4,30%	4,18%	4,30%	4,52%	5,00%	3,83%	4,03%
Comércio	1,78%	1,83%	1,70%	1,58%	1,62%	1,51%	1,51%	1,46%	1,62%	1,66%
Serviços Empresariais	0,79%	0,82%	0,68%	0,83%	0,89%	0,93%	1,00%	1,00%	1,06%	1,02%
Comunicação	0,61%	0,62%	0,61%	0,59%	0,64%	0,55%	0,51%	0,54%	0,65%	0,60%
Administração Pública	0,67%	0,60%	0,61%	0,57%	0,55%	0,57%	0,54%	0,59%	0,56%	0,55%
Utilidades Públicas	0,81%	0,80%	0,85%	0,84%	0,81%	0,62%	0,49%	0,56%	0,47%	0,52%
Educação, Saúde, NãoLucro	0,41%	0,41%	0,38%	0,38%	0,39%	0,40%	0,38%	0,48%	0,41%	0,43%
Transporte e Correio	0,46%	0,46%	0,41%	0,40%	0,37%	0,35%	0,31%	0,30%	0,27%	0,23%
Construção	0,44%	0,38%	0,31%	0,22%	0,19%	0,18%	0,19%	0,22%	0,23%	0,19%
Extrativa Mineral	0,15%	0,21%	0,24%	0,22%	0,17%	0,11%	0,20%	0,11%	0,09%	0,09%
Alojamento e alimentação	0,07%	0,06%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,05%	0,06%	0,06%	0,06%
Primário	0,04%	0,05%	0,04%	0,04%	0,05%	0,05%	0,06%	0,05%	0,05%	0,05%

Elaboração própria a partir de tabulações especiais da RFB e IBGE (PIB)

Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

Figura 3-B - VARIAÇÃO DA CARGA DA RAD POR GRANDE SETOR NO PRIMEIRO SEMESTRE - 2000/2009

Macrosetores	Variação em % do PIB			Composição %			Determinante Variação %		
	2009-08	2009-07	2009-02	2009	2008	2002	2009-08	2009-07	2009-02
TOTAL	-1,40%	-1,18%	-0,08%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Indústria de Transformação	-1,06%	-0,71%	0,40%	32%	36%	29%	76%	61%	-478%
Financeiro	-0,33%	-0,80%	-1,36%	25%	25%	34%	24%	67%	1634%
Comércio	-0,06%	0,08%	0,32%	12%	11%	10%	4%	-6%	-382%
Extrativa Mineral	-0,05%	-0,09%	0,05%	1%	1%	1%	4%	7%	-54%
Serviços Empresariais	-0,03%	0,11%	-0,21%	5%	5%	7%	2%	-9%	256%
Comunicação	-0,01%	0,00%	0,07%	4%	4%	4%	1%	0%	-87%
Primário	-0,01%	0,00%	-0,01%	0%	0%	0%	1%	0%	14%
Educação, Saúde, NãoLucro	0,00%	0,03%	-0,06%	3%	3%	3%	0%	-2%	78%
Transporte e Correio	0,00%	0,05%	0,17%	3%	3%	2%	0%	-5%	-201%
Alojamento e alimentação	0,01%	0,00%	0,01%	0%	0%	0%	0%	0%	-16%
Utilidades Públicas	0,01%	-0,04%	0,25%	6%	5%	4%	-1%	3%	-301%
Construção	0,06%	0,14%	0,23%	3%	2%	1%	-5%	-12%	-270%
Administração Pública	0,07%	0,06%	0,08%	5%	4%	4%	-5%	-5%	-93%

Elaboração própria a partir de tabulações especiais da RFB e IBGE (PIB)

Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

Antecipa-se, porém, que ao decompor pelas indústrias de maior arrecadação (nas Figuras 4), surgirão evidências de que não foi só a crise global que derrubou a carga deste setor. Sabe-se que as desonerações tributárias para incentivar a economia foram concentradas no IPI e na indústria de transformação, porém, a grande queda em refino de petróleo tem mais a ver com as controversas mudanças no regime de tributação pela maior empresa do ramo.

Outro setor que demonstrou recuo da receita no curto prazo foi o setor Financeiro, caindo também na comparação entre 2009 e 2002 – ao contrário da Indústria de Transformação, que cresceu nesse período maior. Apesar de ter sofrido queda de arrecadação frente ao ano passado, as comparações com 2007 e 2002 são mais contundentes - aí pese a CPMF (cujo recolhimento era feito por este setor, ainda que, de fato, o tributo fosse pago pelos correntistas ou aplicadores). Com relação ao primeiro semestre de 2007 a arrecadação dos seis primeiros meses deste ano sofreu queda de 0,80% do PIB. Na mesma base de comparação, mas com relação ao primeiro semestre de 2002, a queda chegou a 1,36% do PIB. Isto torna o setor o maior responsável pelo total da queda da arrecadação setorial entre 2002 e 2009 e entre 2007 e 2009. O resultado de tamanha queda em um prazo mais longo é a forte queda na participação do setor financeiro no total arrecadado pela RFB entre 2002 e 2009: de 34,2% do total no primeiro ano para 25% em 2009.

DECOMPOSIÇÃO DA RAD POR ATIVIDADES

Cabe agora avaliar, dentro destes grandes setores (de forma desagregada), quais foram mais ou menos representativos na determinação da forte queda da RAD setorial do governo federal. A seguir, são apresentadas as mesmas Figuras, porém, com foco nos ramos de atividades (3 dígitos da CNAE) mais relevantes para a RAD – como sempre, calculando a carga tributária de cada um, em porcentagem do PIB, de cada primeiro semestre, de 2000 a 2009.

Figura 4-A- EVOLUÇÃO DA CARGA DA RAD POR PRINCIPAIS ATIVIDADES NO PRIMEIRO SEMESTRE - 2000/2009

Principais Atividades	Em % do PIB									
	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
SOMA	14,54%	15,94%	15,72%	15,39%	15,57%	14,80%	14,71%	14,63%	13,70%	13,50%
Subtotal - Atividades Seleccionadas	6,01%	7,05%	7,39%	7,15%	7,14%	7,04%	7,34%	7,34%	6,10%	5,84%
Intermediação monetária - depósitos à vista	2,18%	2,41%	3,14%	3,03%	2,96%	2,93%	3,23%	2,75%	2,68%	3,05%
Fabricação de produtos derivados do petróleo	0,97%	1,26%	1,31%	1,53%	1,44%	1,46%	1,68%	1,22%	0,82%	0,65%
Administração do estado e da política econômica e social	0,45%	0,40%	0,38%	0,35%	0,35%	0,37%	0,34%	0,33%	0,33%	0,35%
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	0,33%	0,57%	0,43%	0,37%	0,34%	0,37%	0,34%	0,37%	0,56%	0,35%
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	0,31%	0,36%	0,28%	0,28%	0,24%	0,25%	0,30%	0,24%	0,29%	0,23%
Siderurgia	0,26%	0,36%	0,32%	0,28%	0,41%	0,23%	0,19%	0,13%	0,17%	0,16%
Intermediação não-monetária, outros instrumentos de captação	0,24%	0,33%	0,25%	0,25%	0,30%	0,27%	0,22%	0,20%	0,18%	0,17%
Atividades de sociedades de participação	0,22%	0,27%	0,18%	0,17%	0,17%	0,33%	0,33%	0,44%	0,30%	0,13%
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,21%	0,28%	0,26%	0,24%	0,23%	0,18%	0,16%	0,13%	0,15%	0,13%
Previdência complementar	0,20%	0,17%	0,15%	0,14%	0,17%	0,19%	0,14%	1,09%	0,11%	0,11%
Outras atividades de serv. prestados principalm. às empresas	0,19%	0,20%	0,20%	0,16%	0,18%	0,16%	0,16%	0,18%	0,19%	0,16%
Telecomunicações por fio	0,18%	0,20%	0,25%	0,13%	0,16%	0,13%	0,10%	0,12%	0,18%	0,19%
Captação, tratamento e distribuição de água	0,13%	0,11%	0,12%	0,11%	0,11%	0,08%	0,07%	0,05%	0,05%	0,08%
Construção de edifícios	0,13%	0,12%	0,11%	0,10%	0,08%	0,09%	0,09%	0,10%	0,10%	0,09%
Demais Atividades	8,54%	8,89%	8,33%	8,23%	8,44%	7,76%	7,37%	7,28%	7,60%	7,65%

Elaboração própria a partir de tabulações especiais da RFB e IBGE (PIB)

Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

Figura 4-B - VARIACÃO DA CARGA DA RAD POR PRINCIPAIS ATIVIDADES NO PRIMEIRO SEMESTRE - 2000/2009

Setores	Variação em % do PIB			Composição %			Determinante Variação %		
	2009-08	2009-07	2009-02	2009	2008	2002	2009-08	2009-07	2009-02
SOMA	-1,40%	-1,18%	-0,08%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Subtotal - Atividades Seleccionadas	-1,05%	-1,38%	-1,33%	41%	44%	50%	75%	117%	1596%
Fabricação de produtos derivados do petróleo	-0,29%	-0,34%	-0,25%	7%	8%	8%	21%	28%	298%
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	-0,24%	-0,09%	-0,03%	2%	4%	3%	17%	8%	39%
Intermediação monetária - depósitos à vista	-0,23%	-0,96%	-0,57%	15%	15%	19%	17%	81%	684%
Siderurgia	-0,10%	-0,06%	0,13%	2%	2%	1%	7%	5%	-153%
Intermediação não-monetária, outros instrumentos de captação	-0,09%	-0,01%	0,04%	2%	2%	1%	6%	1%	-49%
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	-0,07%	-0,05%	0,08%	1%	2%	1%	5%	5%	-93%
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	-0,06%	0,03%	0,06%	2%	2%	2%	4%	-2%	-77%
Atividades de sociedades de participação	-0,05%	0,04%	-0,21%	2%	2%	3%	3%	-3%	256%
Telecomunicações por fio	-0,02%	-0,07%	0,06%	1%	1%	1%	1%	6%	-75%
Outras atividades de serv. prestados principalm. às empresas	-0,01%	-0,01%	0,01%	1%	1%	1%	1%	1%	-16%
Construção de edifícios	0,01%	0,03%	0,03%	1%	1%	1%	0%	-2%	-40%
Captação, tratamento e distribuição de água	0,02%	0,01%	0,08%	1%	1%	0%	-2%	-1%	-97%
Previdência complementar	0,03%	0,05%	-0,89%	1%	1%	7%	-2%	-4%	1065%
Administração do estado e da política econômica e social	0,05%	0,07%	0,12%	3%	2%	2%	-4%	-6%	-145%
Demais Atividades	-0,35%	0,20%	1,25%	59%	56%	50%	25%	-17%	-1496%

Elaboração própria a partir de tabulações especiais da RFB e IBGE (PIB)

Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

Na RAD classificada a 4 dígitos, a atividade que mais arrecada, de longe, é a Intermediação Monetária – Depósitos à Vista, que está incluído e representa a maior parte do grande setor Financeiro. Conforme a Figura 4-A, os bancos arrecadaram 2,18% do PIB no primeiro semestre de 2009, cerca de 1 ponto do produto a menos do que há dois anos - quando recolhiam a CPMF. De qualquer forma, a perda de receita no último ano deve ser explicada basicamente pela súbita queda dos tributos sobre lucros. O segundo colocado no *ranking* de atividades que mais arrecadam foi o de Fabricação de Produtos Derivados do Petróleo, com carga de 0,97% do PIB na primeira metade deste ano, o patamar mais baixo no mesmo período dos últimos oito anos.

O terceiro lugar num *ranking* com mais de 800 setores é igualmente surpreendente: 0,45% do PIB no início de 2009 foram recolhidos pela própria Administração do Estado e da Política Econômica e Social. É o melhor resultado da década e reflete a contrapartida na receita da forte expansão do gasto público (uma boa parte dessa receita deve envolver o IR retido na fonte dos servidores). Vale atentar, ainda, que a maior parte dessa receita provém do próprio governo federal porque a imunidade constitucional recíproca dispensa os demais governos de recolher a maior parte dos impostos – embora recolham PASEP sobre os seus orçamentos.

As atividades selecionadas mais relevantes para a RAD também foram as que mais influenciaram na sua queda no período em análise, como revela a Figura 4-B. A redução mais forte se deu na fabricação de produtos derivados de petróleo: entre o primeiro semestre de 2008 e mesmo período deste ano a queda foi de 0,29% do PIB, explicando pouco mais de 1/5 (um quinto) do total da redução da RAD setorial. A perda de participação deste setor também foi significativa de 2008 para 2009: de 7,93% do total para 6,68% do total.

Um *ranking* das atividades econômicas por volume de recolhimentos realizados nos últimos dois semestres (o primeiro de 2009 e o segundo de 2008) é apresentado na Figura 5, que, além dos valores da receita desses períodos, também informa a variação real anual (IPCA) registrada no primeiro semestre de 2009 frente à igual período de 2008, de 2007 e de 2000 – para facilitar comparação, as porcentagens se referem à taxa média geométrica de crescimento anual.

As grandes discrepâncias entre as taxas das atividades que mais recolhem confirmam os impactos bastante diferenciados, seja da expansão anterior, seja da retração recente, como já foi dito na análise das figuras anteriores. Deixando de lado as maiores perdas de receita já comentadas (financeiro, automobilística e petróleo),

chamam a atenção entre as atividades que mais recolhem e que apresentam crescimento recente os ramos da administração pública, da construção e de serviços mais vinculados a consumo pessoal. Melhor desempenho também é apresentado por ramos tradicionais da utilidade pública – a energia elétrica e as telecomunicações recuam pouco, e os ramos das empresas de água, esgoto e coleta de lixo chegam a crescer.

COMENTÁRIOS SOBRE PRINCIPAIS SEGMENTOS

É interessante dedicar a atenção a três setores que mais influenciaram na evolução da carga tributária e na sua derrocada, como visto nas Figuras 3 e 4: instituições financeiras, automobilística e petróleo.

Chama-se a atenção que, mesmo que adotando diferente método e foco da análise, as constatações foram semelhantes encontradas pelo IPEA (2009^a; p.15): “... os setores que mais puxaram a arrecadação nos períodos passados também foram os principais responsáveis pela queda recente...”. Citam a indústria extrativa de minerais metálicos e a metalúrgica, o setor financeiro e o setor petroquímico, para concluir: “Ou seja, podemos relacionar a expansão da receita tanto ao ciclo real de crescimento econômico quanto ao ciclo de valorização de ativos financeiros e commodities que tem caracterizado a economia mundial na última década.” ⁸

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A Intermediação Monetária (mais impactado no corte de crédito e lucros) sofreu uma queda equivalente a 0,23 pontos do PIB entre o primeiro semestre de 2008 e o de 2009, também respondendo por 17% da perda total da RAD. Ao contrário da indústria automobilística, os bancos têm um grande peso na composição do total da receita. Sendo assim, esta queda de 0,24% do PIB de 2008 para 2009 não provocou uma mudança muito drástica em sua participação no total da arrecadação: queda de 15,13% do total para 14,98% do total.

⁸ Segundo IPEA (2009a), a queda da receita federal entre 2008 e 2009 seria explicada em: 23,9% pelas atividades financeiras e seguros, 21,3% pela petroquímica, 21,1% pelos veículos automotores e 11,2% pela extração de minerais, dentre os principais setores. A maioria destas divisões aparece explicando a expansão da receita analisada em dois ciclos: 2000 a 2005 e 2005 a 2008.

Figura 5- RAD PARA ATIVIDADES DE MAIOR ARRECADAÇÃO: R\$ milhões constantes

Código CNAE	Ranking de Atividades (por arrecadação acumulada)	1Sem 2009	2Sem 2008	Últimos 12 Meses		Variação Real Anual (%aa.)		
		R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	%Total	09/08	09/07	09/00
SOMA		211.746.517	242.363.645	454.110.162	100,0%	-10,7%	-2,1%	4,7%
642	Intermediação monetária - depósitos à vista	31.708.029	32.159.354	63.867.383	14,1%	-11,5%	-15,2%	0,1%
192	Fabricação de produtos derivados do petróleo	14.125.784	19.441.702	33.567.486	7,4%	-24,8%	-12,3%	8,6%
351	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	9.103.939	8.240.328	17.344.268	3,8%	-3,1%	-2,1%	8,2%
291	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	4.848.743	9.196.042	14.044.784	3,1%	-43,0%	-10,2%	3,4%
841	Administração do estado e da política econômica e social	6.551.229	7.377.498	13.928.727	3,1%	11,2%	10,3%	6,9%
242	Siderurgia	3.759.085	6.432.201	10.191.287	2,2%	-29,3%	-8,9%	9,7%
468	Comércio atacadista especializado em outros produtos	3.749.344	5.072.284	8.821.628	1,9%	-10,3%	2,4%	7,7%
661	Atividades auxiliares dos serviços financeiros	4.450.576	3.713.150	8.163.726	1,8%	-17,8%	6,5%	7,2%
294	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	3.045.375	4.749.787	7.795.161	1,7%	-26,8%	-9,3%	9,3%
464	Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	3.110.160	3.245.425	6.355.585	1,4%	16,9%	14,1%	11,1%
643	Intermediação não-monetária, outros instrumentos de captação	3.544.859	2.752.544	6.297.403	1,4%	-28,0%	-0,4%	8,0%
646	Atividades de sociedades de participação	3.241.176	2.910.786	6.151.962	1,4%	-18,8%	12,4%	10,0%
611	Telecomunicações por fio	2.638.399	3.100.510	5.738.909	1,3%	-10,6%	-13,5%	3,3%
654	Previdência complementar	2.920.447	2.670.512	5.590.959	1,2%	13,2%	16,5%	10,9%
842	Serviços coletivos prestados pela administração pública	2.376.033	3.136.618	5.512.651	1,2%	7,0%	3,9%	5,1%
829	Outras atividades de serv. prestados principalm. às empresas	2.764.741	2.545.543	5.310.283	1,2%	-7,6%	-1,0%	5,9%
451	Comércio de veículos automotores	1.959.539	2.690.369	4.649.908	1,0%	-22,6%	23,9%	5,0%
471	Comércio varejista não-especializado	2.448.068	2.162.329	4.610.397	1,0%	-3,3%	3,6%	2,4%
122	Fabricação de produtos do fumo	2.271.397	2.324.470	4.595.867	1,0%	-2,5%	3,1%	0,0%
222	Fabricação de produtos de material plástico	2.096.419	2.480.232	4.576.651	1,0%	-9,5%	-0,3%	6,6%
209	Fabricação de produtos e preparados químicos diversos	2.033.397	2.334.894	4.368.291	1,0%	-3,1%	7,1%	3,9%
651	Seguros de vida e não-vida	2.375.293	1.884.213	4.259.506	0,9%	20,1%	3,7%	8,9%
466	Comércio atacadista máquinas, exceto tecnol. info. comunic.	1.870.509	2.255.655	4.126.164	0,9%	-8,1%	20,1%	13,6%
412	Construção de edifícios	1.905.681	2.036.324	3.942.005	0,9%	2,5%	13,2%	7,6%
111	Fabricação de bebidas alcoólicas	1.985.272	1.720.463	3.705.736	0,8%	-4,1%	-0,4%	0,1%
360	Captação, tratamento e distribuição de água	1.918.897	1.713.318	3.632.215	0,8%	16,7%	5,8%	10,6%
478	Comércio varejista produtos novos não especificados e usados	1.726.370	1.819.706	3.546.076	0,8%	-13,5%	-9,5%	-1,3%
465	Comércio atacadista tecnologias de informação e comunicação	1.579.237	1.960.842	3.540.078	0,8%	-1,0%	9,5%	24,4%
702	Atividades de consultoria em gestão empresarial	1.515.051	2.005.449	3.520.500	0,8%	-32,5%	18,3%	-13,4%
469	Comércio atacadista não-especializado	1.602.501	1.879.325	3.481.826	0,8%	-0,5%	5,4%	6,0%
620	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	1.730.345	1.687.786	3.418.131	0,8%	9,2%	12,7%	8,7%
212	Fabricação de produtos farmacêuticos	1.663.693	1.640.957	3.304.650	0,7%	-7,0%	2,1%	6,0%
071	Extração de minério de ferro	935.198	2.237.709	3.172.907	0,7%	-52,4%	-35,4%	10,0%
612	Telecomunicações sem fio	1.506.277	1.650.211	3.156.488	0,7%	-11,9%	9,6%	5,3%
493	Transporte rodoviário de carga	1.350.536	1.768.160	3.118.697	0,7%	-14,3%	1,6%	8,2%
109	Fabricação de outros produtos alimentícios	1.434.218	1.505.152	2.939.370	0,6%	-1,9%	0,7%	12,1%

Figura 5- RAD PARA ATIVIDADES DE MAIOR ARRECADAÇÃO: R\$ milhões constantes

Código CNAE	Ranking de Atividades (por arrecadação acumulada)	1Sem 2009	2Sem 2008	Últimos 12 Meses		Variação Real Anual (%aa.)		
		R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	%Total	09/08	09/07	09/00
SOMA		211.746.517	242.363.645	454.110.162	100,0%	-10,7%	-2,1%	4,7%
411	Incorporação de empreendimentos imobiliários	1.346.139	1.415.217	2.761.356	0,6%	12,8%	22,5%	#DIV/0!
475	Comércio varejista equipamentos de informática e comunicação	1.359.120	1.397.303	2.756.423	0,6%	-5,5%	-4,8%	-2,7%
853	Educação superior	1.286.644	1.455.760	2.742.404	0,6%	-2,3%	9,2%	4,0%
461	Representantes comerciais, exceto de veículos automotores	1.178.549	1.539.265	2.717.814	0,6%	-11,0%	-8,9%	-0,5%
259	Fabricação de prod. de metal não especificados anteriormente	1.182.849	1.528.010	2.710.858	0,6%	-10,4%	-0,5%	5,3%
463	Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.333.289	1.338.860	2.672.149	0,6%	-6,8%	1,4%	3,4%
292	Fabricação de caminhões e ônibus	750.307	1.863.941	2.614.247	0,6%	-41,4%	-13,1%	9,8%
711	Serviços arquitet., engenharia, ativ. técnicas relacionadas	1.288.477	1.306.169	2.594.646	0,6%	15,3%	16,8%	12,5%
262	Fabricação de equipamentos de informática e periféricos	1.003.254	1.459.851	2.463.105	0,5%	-16,4%	-15,9%	8,7%
421	Construção rodovias, ferrovias, obras urbanas, obras-de-arte	1.197.820	1.228.919	2.426.739	0,5%	34,5%	30,8%	14,1%
282	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral	1.070.896	1.325.666	2.396.562	0,5%	-10,4%	4,6%	9,2%
206	Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza etc.	1.169.434	1.222.410	2.391.844	0,5%	15,8%	16,8%	8,0%
263	Fabricação de equipamentos de comunicação	780.615	1.506.417	2.287.032	0,5%	-39,7%	-5,0%	3,8%
202	Fabricação de produtos químicos orgânicos	913.343	1.292.560	2.205.904	0,5%	-35,3%	-15,6%	2,4%
655	Planos de saúde	1.130.351	1.042.745	2.173.096	0,5%	14,6%	19,5%	25,2%
861	Atividades de atendimento hospitalar	1.049.430	1.078.313	2.127.743	0,5%	6,8%	12,2%	7,6%
843	Seguridade social obrigatória	797.724	1.161.484	1.959.207	0,4%	-4,1%	-10,0%	4,2%
474	Comércio varejista de material de construção	942.131	1.002.937	1.945.068	0,4%	5,7%	0,2%	3,0%
429	Construção de outras obras de infra-estrutura	967.392	943.676	1.911.068	0,4%	16,5%	34,2%	17,2%
691	Atividades jurídicas	963.551	940.457	1.904.008	0,4%	7,6%	11,3%	9,5%
492	Transporte rodoviário de passageiros	874.824	941.311	1.816.135	0,4%	-9,9%	1,7%	5,7%
453	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	802.553	935.426	1.737.979	0,4%	-1,7%	0,2%	2,0%
221	Fabricação de produtos de borracha	690.324	975.566	1.665.889	0,4%	-25,9%	-11,1%	4,2%
602	Atividades de televisão	775.893	864.589	1.640.482	0,4%	4,6%	19,8%	3,5%
273	Fabricação de equip. para distribuição de energia elétrica	715.618	911.886	1.627.503	0,4%	-10,3%	-0,4%	1,9%
241	Produção de ferro-gusa e de ferroligas	1.067.202	538.553	1.605.754	0,4%	35,0%	35,7%	54,1%
141	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	759.221	819.852	1.579.073	0,3%	7,4%	9,0%	4,5%
264	Fabricação de aparelhos de recepção e gravação áudio e vídeo	576.709	978.276	1.554.985	0,3%	-14,9%	-4,8%	6,4%
309	Fabricação equip. de transp. não especificados anteriormente	603.448	926.484	1.529.932	0,3%	-37,5%	-9,5%	14,6%
203	Fabricação de resinas e elastômeros	565.579	953.703	1.519.282	0,3%	-35,0%	-11,9%	-6,2%
681	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	768.717	734.969	1.503.687	0,3%	11,0%	24,7%	3,5%
231	Fabricação de vidro e de produtos do vidro	612.943	859.216	1.472.159	0,3%	-21,6%	-6,0%	7,3%
649	Atividades de serviços financ. não especific. anteriormente	761.350	700.766	1.462.116	0,3%	-1,6%	3,9%	6,9%
201	Fabricação de produtos químicos inorgânicos	705.401	740.620	1.446.021	0,3%	-9,5%	16,7%	6,3%
232	Fabricação de cimento	668.470	738.298	1.406.768	0,3%	2,4%	27,6%	5,1%
275	Fabricação de eletrodomésticos	637.237	762.302	1.399.539	0,3%	-19,6%	-3,7%	10,1%
173	Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão	705.220	665.912	1.371.133	0,3%	-18,3%	-1,1%	11,7%
286	Fabricação de máquinas e equip. de uso industrial específico	608.520	756.120	1.364.640	0,3%	-14,4%	-2,5%	1,2%
731	Publicidade	657.914	690.295	1.348.210	0,3%	5,3%	9,2%	5,6%
281	Fabricação motores, bombas, compressores, equip. transmissã	541.063	717.145	1.258.207	0,3%	-20,0%	4,1%	7,3%

Figura 5- RAD PARA ATIVIDADES DE MAIOR ARRECADAÇÃO: R\$ milhões constantes

Código CNAE	Ranking de Atividades (por arrecadação acumulada)	1Sem 2009	2Sem 2008	Últimos 12 Meses		Variação Real Anual (%aa.)		
		R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	%Total	09/08	09/07	09/00
SOMA		211.746.517	242.363.645	454.110.162	100,0%	-10,7%	-2,1%	4,7%
644	Arrendamento mercantil	761.597	474.141	1.235.737	0,3%	43,5%	14,2%	1,9%
244	Metalurgia dos metais não-ferrosos	485.315	705.381	1.190.697	0,3%	-45,5%	-39,5%	2,7%
522	Atividades auxiliares dos transportes terrestres	630.902	558.184	1.189.086	0,3%	29,4%	21,8%	26,8%
112	Fabricação de bebidas não-alcoólicas	624.369	561.833	1.186.202	0,3%	87,8%	41,6%	3,1%
511	Transporte aéreo de passageiros	593.236	590.450	1.183.686	0,3%	-2,2%	2,5%	12,6%
106	Moagem e fabric. produtos amiláceos e alimentos para animais	528.527	634.116	1.162.643	0,3%	-26,4%	-2,2%	3,0%
521	Armazenamento, carga e descarga	505.958	645.519	1.151.478	0,3%	-0,5%	6,5%	16,3%
467	Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas etc.	526.569	624.344	1.150.913	0,3%	-0,5%	6,5%	12,0%
491	Transporte ferroviário e metroferroviário	480.258	633.675	1.113.933	0,2%	-29,4%	-7,0%	13,0%
285	Fabricação de máquinas de uso na extr. mineral e construção	457.801	642.862	1.100.663	0,2%	-3,5%	10,0%	12,9%
473	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	533.401	544.152	1.077.553	0,2%	4,3%	6,2%	4,4%
253	Forjaria, estamparia, metalurgia do pó, tratamento de metais	456.533	620.664	1.077.197	0,2%	-22,4%	-1,7%	4,5%
619	Outras atividades de telecomunicações	485.488	546.977	1.032.466	0,2%	9,4%	18,7%	-2,6%
310	Fabricação de móveis	488.735	540.720	1.029.455	0,2%	3,7%	4,7%	1,2%
773	Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador	477.079	533.218	1.010.298	0,2%	7,5%	12,5%	6,7%
207	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e produtos afins	436.782	563.376	1.000.159	0,2%	-10,8%	-5,9%	2,0%
060	Extração de petróleo e gás natural	236.562	754.668	991.230	0,2%	73,1%	59,0%	6,4%
523	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários	488.720	499.265	987.985	0,2%	14,1%	30,0%	17,5%
662	Atividades auxiliares dos seguros, previdência complem. etc.	512.176	461.026	973.202	0,2%	7,6%	15,0%	9,1%
162	Fabricação de prod. de madeira, cortiça e material trançado	379.807	575.827	955.633	0,2%	-35,2%	-12,8%	2,3%
863	Atividades de atenção ambulatorial por médicos e odontólogos	475.848	477.110	952.957	0,2%	14,2%	16,7%	15,4%
254	Fabricação de artigos de cutelaria, serralheria, ferramentas	387.612	549.698	937.311	0,2%	-14,2%	-2,3%	4,0%
582	Edição integrada à impressão de livros, jornais, etc.	427.986	508.555	936.541	0,2%	-28,2%	-11,6%	-5,6%
531	Atividades de Correio	455.161	476.850	932.011	0,2%	-4,0%	7,2%	8,1%
652	Seguros-saúde	425.758	499.709	925.467	0,2%	22,8%	23,7%	13,7%
869	Atividades atenção à saúde humana não especific. anteriormente	405.083	505.429	910.512	0,2%	-15,5%	-3,3%	-4,4%
135	Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	374.532	522.881	897.413	0,2%	-24,6%	-12,7%	3,1%
174	Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina etc.	385.668	504.568	890.236	0,2%	-17,4%	-1,5%	8,0%
234	Fabricação de produtos cerâmicos	367.826	522.079	889.905	0,2%	-22,2%	-10,0%	3,8%
943	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	415.866	465.550	881.416	0,2%	-5,9%	-6,8%	-2,8%
181	Atividade de impressão	393.612	485.221	878.833	0,2%	6,9%	29,5%	14,1%
279	Fabricação equip. elétricos não especificados anteriormente	371.967	493.952	865.919	0,2%	-20,1%	-3,1%	0,3%
561	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	431.280	418.797	850.076	0,2%	6,9%	-3,2%	2,9%
645	Sociedades de capitalização	545.336	298.743	844.079	0,2%	10,5%	3,1%	3,7%
682	Atividades imobiliárias por contrato ou comissão	411.660	424.259	835.919	0,2%	-8,2%	17,9%	11,1%
107	Fabricação e refino de açúcar	414.010	416.319	830.329	0,2%	-17,0%	-23,9%	11,3%
283	Fabricação de tratores e máquinas para agricultura, pecuária	343.078	468.663	811.741	0,2%	-13,7%	24,2%	6,0%
352	Produção e distribuição combust. gasosos por redes urbanas	485.427	321.669	807.096	0,2%	-7,3%	1,1%	39,0%
072	Extração de minerais metálicos não-ferrosos	403.688	391.344	795.032	0,2%	-10,5%	-11,0%	10,1%
243	Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura	304.133	479.862	783.995	0,2%	1,3%	41,8%	12,2%

Em termos estruturais, pesa muito nesse resultado a extinção da CPMF, mais visível quando comparado o primeiro semestre deste ano com os dos anos de 2007 e 2002 no ramo específico “intermediação financeira – depósitos à vista”. Ele explica mais de 81% da queda do total da RAD setorial entre os seis primeiros meses de 2007 e o mesmo período de 2009. A participação deste em 2002 era de 18,8% do total da receita setorial da RFB, mas em 2009 caiu para 14,98%. Ou seja, em uma análise de prazo mais longo, os números revelam não apenas os efeitos da crise como também mudanças no sistema tributário.

AUTOMOBILÍSTICA

Fabricação de Automóveis, Caminhonetas e Utilitários (o mais beneficiado por incentivos fiscais pós-crise) sofreu uma queda em percentual do PIB de 2008 para 2009 de 0,24 pontos do PIB, explicando em torno de 17% da perda total da RAD. Foi uma redução muito forte: de 3,59% para 2,29% do total. E muito dela certamente está vinculada à redução de IPI e outros incentivos concedidos depois da crise como a principal resposta do governo para incentivar suas vendas.

Autoridades econômicas e analistas têm atribuído a tais desonerações um grande peso na explicação para a contenção da arrecadação, porém, essa hipótese pode ser questionada – a começar porque foram concentradas no IPI e sua arrecadação pouco pesava na receita federal, mesmo antes da crise.

Especificamente no caso da indústria automobilística, a desoneração no primeiro semestre, calculada em R\$ 1,8 bilhão, segundo IPEA (2009a), equivale a apenas um terço dos R\$ 5,3 bilhões da redução da RAD pelos quatro ramos da indústria automobilística, em relação à igual período do ano anterior (o mesmo montante de incentivo equivale a apenas 7% da perda total de R\$ 25,3 bilhões da receita setorial agregada).

A renúncia fiscal de IPI para a indústria automobilística teria custado R\$ 1,816 bilhões no primeiro semestre de 2009 (segundo o Valor de 24/08/2009), mas a queda no total arrecadado pelas atividades vinculadas àquela indústria (CNAE 291 a 295) foi de R\$ 5,3 bilhões, a preços constantes – ou seja, a renúncia de IPI explicaria apenas um terço da perda de arrecadação da indústria automobilística no último ano (o mesmo

montante de incentivo equivale a apenas 7% da perda total de R\$ 25,3 bilhões da receita setorial agregada).

Além disso, outro estudo também editado recentemente pelo IPEA avalia que o impacto final da renúncia foi ainda menor pela expansão nas atividades e conseqüente ampliação na arrecadação de outros tributos que teria sido provocada pela isenção – ver IPEA (2009b).⁹

PETRÓLEO

A Figura 6 mostra a evolução da razão RAD/PIB do setor de petróleo vis-à-vis demais atividades nesta década. A deterioração proveniente de petróleo, como se verá a seguir, foi menos vinculada à evolução de sua base de cálculo e mais explicada por fatores institucionais, como as mudanças na forma de sua cobrança e recolhimento. Nem é preciso dizer que o consumo e, especialmente, a produção nacional de petróleo cresceram expressivamente ao longo desse período (últimos oito anos). O mesmo aconteceu com os preços – nem mesmo a crise afetaria diretamente o faturamento interno do setor uma vez que não foram reduzidos os preços de combustíveis no mercado nacional (e mesmo a queda no mercado internacional já foi parcialmente recuperada). Seja por quantidade, seja por preço, a base de tributação federal, por princípio, é hoje muito maior do que era há um ano, seis anos, ou oito anos atrás. Não há dúvida de que a base não explica a deterioração da arrecadação federal do setor – muito pelo contrário, ela deveria estar sinalizando uma forte expansão, inclusive mais acelerada que o PIB.

A comparação só do primeiro semestre, revela que, no início de 2003, o setor recolheu 1,68% do PIB, logo, caiu 0,71 ponto até o início deste ano – ou seja, se

⁹ É interessante ver a avaliação divulgada pelo IPEA, em 1/9/2009, sob o título “Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de Automóveis”, divulgada por João Sicsú e Fábio Rotiman. As conclusões assim foram destacadas pelo IPEA:

"Entre janeiro e junho, 1,420 milhão de veículos (automóveis e comerciais leves) foram vendidos no país. Destes, 191 mil podem ser atribuídos à medida de redução do IPI. Ou seja, 13,4% do que foi vendido é atribuído à redução do imposto.... A conta não inclui a venda de caminhões. O estudo revelou ainda que a queda nas alíquotas do IPI fez a arrecadação encolher em R\$ 1,8 bilhão. No entanto, a mesma decisão, ao elevar a venda de veículos, levou à arrecadação de mais US\$ 1,2 bilhão. Portanto, o chamado custo de desoneração da queda do IPI foi de R\$ 559 milhões. Na verdade, o custo dessa desoneração deve ser menor ainda, porque o cálculo inclui apenas tributos federais, mas sabemos que houve também um impacto certamente positivo sobre arrecadação de ICMS.

Ver texto em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas25.pdf>

pagasse a mesma proporção, teria recolhido R\$ 10,3 bilhões a mais (do que os R\$ 14 bilhões pagos na primeira metade deste ano). É uma tendência exatamente inversa à observada nos demais setores: recolheram 0,55 pontos do produto a mais no primeiro semestre de 2009 do que no de 2003, apesar de também sofrerem o impacto da crise (e talvez não tenham se valido tanto de compensações tributárias quanto contribuintes do ramo de petróleo). Portanto, a despeito do aumento do consumo e da produção de petróleo, bem assim dos seus preços (até meados do ano passado), a carga desse setor chegou a 1,68% do PIB do primeiro semestre de 2003, no melhor primeiro período da década; 1,53% do produto de igual período de 2006; e cerca de 1% do PIB, neste ano.

Figura 6 - CARGA SEMESTRAL DA RAD DE PETRÓLEO E OUTROS

SETORES: 2000/2009 - EM % do PIB

Semestre	Petróleo	Outros Setores	Total
2000/01	0,65%	12,85%	13,50%
2000/02	0,87%	12,53%	13,40%
2001/01	0,82%	12,88%	13,70%
2001/02	0,87%	13,10%	13,96%
2002/01	1,22%	13,41%	14,63%
2002/02	1,37%	14,01%	15,38%
2003/01	1,68%	13,03%	14,71%
2003/02	1,51%	12,71%	14,22%
2004/01	1,46%	13,34%	14,80%
2004/02	1,47%	13,51%	14,97%
2005/01	1,44%	14,14%	15,57%
2005/02	1,58%	13,96%	15,54%
2006/01	1,53%	13,86%	15,39%
2006/02	1,46%	13,70%	15,16%
2007/01	1,31%	14,42%	15,72%
2007/02	1,27%	14,93%	16,19%
2008/01	1,26%	14,68%	15,94%
2008/02	1,26%	14,42%	15,68%
2009/01	0,97%	13,57%	14,54%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados primários da RFB e do Bacen.

Nos primeiros meses de 2009, a queda de sua arrecadação foi objeto de ampla polêmica por conta das compensações tributárias realizadas pela maior empresa do

setor, conforme comentado nos boletins mensais da RFB.¹⁰ Especificamente, as compensações¹¹ foram utilizadas por um grande contribuinte,¹² que alega ter pago tributo a maior no passado, para recuperá-lo por meio de abatimento das contribuições que teriam a pagar (COFINS, PIS e CIDE).¹³

¹⁰ Vale reproduzir o informado no documento Análise da Arrecadação das Receitas Federais, divulgado pela Receita Federal do Brasil, sobre junho de 2009, comentando a arrecadação desde o início desse ano:

- sobre a COFINS e o PIS/PASEP, “... o fator mais relevante para esse resultado foi a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 3,1 bilhões, nos meses de janeiro a junho/09...” (pág.12)

- sobre a CIDE-Combustíveis, “... e compensações, nos meses de janeiro a março/09, no valor de aproximadamente R\$ 1 bilhão” (pág. 13).

Observa-se complementarmente que, no caso das duas primeiras contribuições, Figura da página 13 indica que a arrecadação de combustíveis diminuiu de R\$ 7.973 para 4.452, em bilhões, constantes de junho último (IPCA), com queda de R\$ 3,5 bilhões ou de 44,2%, que explicou 35% do decréscimo total da arrecadação da COFINS e PIS.

Ver em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2009/Analismensaljun09.pdf>

Além do informado nos boletins divulgados em 2009, a Receita Federal já tinha reportado compensações tributárias na análise de dezembro, reduzindo em R\$ 870 milhões a COFINS/PIS (pág.5), sendo que a Figura (pág.9) com a arrecadação setorial informou queda real de 75% em combustíveis entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008.

Ver: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2008/Analismensaldez08.pdf>

¹¹ O mecanismo das compensações tributárias é defendido por Everardo Maciel, em:

<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2009/08/03/controversias-sobre-compensacoes-tributarias-210667.asp>

¹² A maior empresa do setor de petróleo no País confirmou publicamente as compensações tributárias e justificou sua iniciativa ao menos por duas vezes:

- em audiência pública no Senado Federal, do seu Presidente, em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos em 24/03/2009; ver:

<http://legis.senado.gov.br/sil-pdf/Comissoes/Permanentes/CAE/Atas/20090324CN007.pdf>

- em nota oficial emitida em 11/05/2009, sob o título: “PETROBRAS adota práticas tributárias legais”; ver: http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/PagImpostosRegCaixal.pdf , bem assim em entrevista dada na mesma ocasião, tais como as citadas em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,pensa-se-muito-na-petrobras-como-a-geni--diz-gabrielli,369014.0.htm>

¹³ A polêmica pública envolveu dois aspectos específicos das compensações: primeiro, a possibilidade de mudar no meio do exercício financeiro o regime de tributação de recursos externos; segundo, a transferência para outros governos de receita que tenha sido objeto de compensação. Só o primeiro ponto interessa para análise da arrecadação, objeto desta nota, e vale comentar duas posições sobre o assunto.

O contribuinte envolvido na controvérsia defendeu em nota pública os R\$ 2,14 bilhões que compensou relativos à variação cambial, da seguinte forma: “... até então vinha tributando as receitas de variação cambial pelo regime de competência, optou por utilizar o regime de caixa para o exercício de 2008.... Desta forma, ainda que por razões sistêmicas a mudança de critério tenha sido operacionalizada no segundo semestre de 2008, a mesma vale para todo o exercício em razão da opção pela apuração anual.... Essa opção é formalizada, anualmente, no momento em que a Petrobras entrega a DIPJ. Para o exercício de 2008, essa entrega ocorrerá apenas em 30 de junho de 2009.” Ver: http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/PagImpostosRegCaixal.pdf

A RFB, por sua vez, divulgou no mesmo dia, 11/05/2009, um esclarecimento a respeito da MP n. 2158-35, de 24/08/2001, com o seguinte teor:

“De acordo com o artigo nº 30 da MP 2158-35, de 24/08/2001, a partir de 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias ativas e passivas serão consideradas para efeito de determinação da base de cálculo do IR, da CSLL e PIS/COFINS quando da liquidação da correspondente obrigação (regime de caixa). O parágrafo 1º desse artigo dispõe que à opção da pessoa jurídica, as

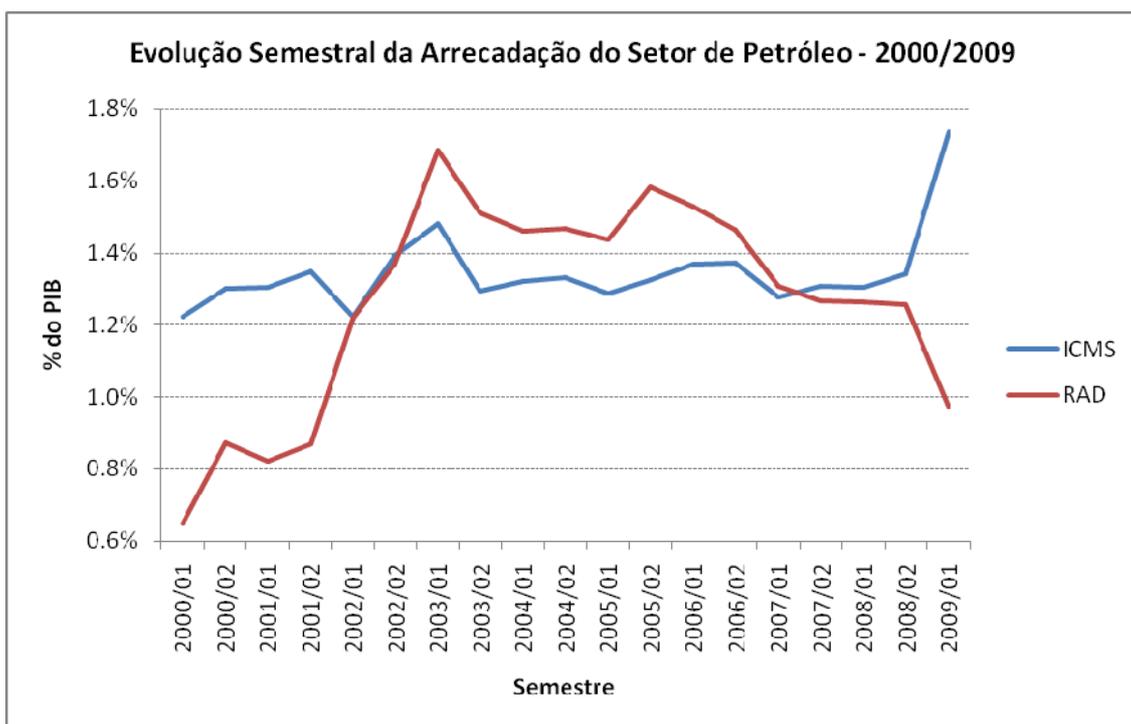
Ao contrário dos outros setores, no qual esta análise tomou só o primeiro semestre, no caso de petróleo interessa avaliar todos os semestres – inclusive, para testar a tese do principal contribuinte de que teria pagado mais imposto no passado. Em 2008, depois de instalada a crise e que o dólar disparou (e teria provocado uma valorização artificial dos ativos externos e gerado maior imposto), foi registrada uma carga de 1,26% do PIB no segundo semestre, igual a do primeiro semestre do mesmo ano e quase igual a do segundo semestre de 2007 - portanto, não houve qualquer salto na arrecadação depois da desvalorização cambial.¹⁴

Outra avaliação interessante é comparar a evolução semestral da RAD em relação ao ICMS proveniente de petróleo e seus combustíveis, conforme a Figura 7. O movimento da arrecadação federal é o inverso da estadual no período mais recente. Assim, o primeiro semestre do ano de 2003 foi o melhor em termos de arrecadação federal no setor petrolífero: 1,68% do PIB. Neste mesmo período a arrecadação de ICMS do setor foi de 1,48% do PIB. Agora, no primeiro semestre de 2009, a arrecadação federal caiu para 0,97% do PIB, enquanto a de ICMS subiu para 1,73% do PIB. A exceção do primeiro semestre de 2009, a arrecadação de ICMS de petróleo apresentou uma relativa estabilidade a partir de 2000, variando entre 1,2% e 1,4% do PIB, o que não ocorreu com a RAD do mesmo setor. A volatilidade da RAD de petróleo se mostrou maior, com grandes oscilações em curtos espaços de tempo.

variações monetárias poderão ser consideradas na determinação da base de cálculo de todos os tributos e contribuições, segundo regime de competência, e de acordo com o parágrafo 2º, a opção se aplicará a todo o ano-calendário. O parágrafo 3º diz que no caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em anos-calendário subsequentes, para efeito de terminação da base de cálculo dos tributos e das contribuições, serão observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal. Portanto, conforme mencionado anteriormente, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 30, MP 2158-35/2001, caso o contribuinte tenha iniciado o ano-calendário escolhendo um dos dois regimes (caixa ou competência), esta opção deve ser observada para todo o ano, não sendo permitida a alteração de critério no decorrer do ano-calendário.”

¹⁴ À parte, é curioso registrar que, mesmo depois da maior empresa do setor ter anunciado a conclusão de suas compensações tributárias, e a arrecadação das contribuições ter voltado a alguma normalidade, a Análise da Receita Federal de junho de 2009 voltou a acusar um forte recuo, de 35%, na arrecadação de COFINS/PIS de combustíveis em relação à igual mês de 2008 (ver Figura 8 do documento já citado).

Figura 7

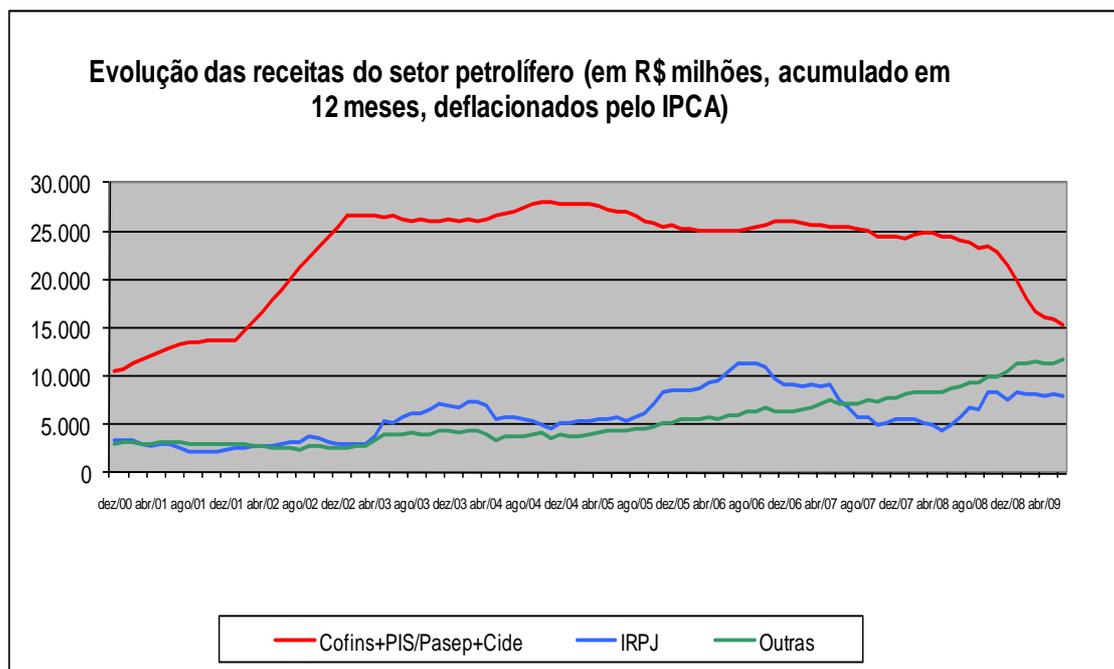


A queda mais recente da razão RAD/PIB em petróleo está explicada basicamente pelo decréscimo dos tributos indiretos, mais especificamente, do agregado de COFINS/PIS/CIDE, como evidenciado na Figura 8, que reproduz gráfico elaborado pelos economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair do IPEA, que chamou a atenção para mudança legislativa no texto recente do instituto.¹⁵

¹⁵ O IPEA também destacou o fato na nota técnica já citada, a saber:

“No caso do setor petroquímico, que também se beneficiou da valorização do preço do petróleo, entretanto, os dados indicam uma estagnação da receita antes da crise, influenciada principalmente pelas receitas do PIS/COFINS e da Cide, que representam dois terços do total e permaneceram constantes desde 2004. Este fato está fortemente relacionado à forma como esses tributos são calculados no caso dos combustíveis, com uma alíquota específica sobre o volume. No caso do PIS/COFINS, por exemplo, o imposto correspondente a R\$ 0,26 por litro de gasolina e R\$ 0,15 por litro de diesel desde 2004, enquanto a CIDE inclusive teve sua alíquota reduzida no ano passado como instrumento de combate à inflação. Ou seja, o valor do imposto tem sido mantido fixo (ou menor) em termos nominais e reduzindo-se em termos reais.” (pág.15).

Figura 8



Compilado de IPEA e elaborado por Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair.

A cobrança do PIS e da COFINS sobre combustíveis foi alterada em meados de 2004,¹⁶ de modo que as empresas puderam optar por um regime especial exigindo um valor pré-fixado por unidade física produzida ou vendida (chamadas alíquotas *ad rem*). A questão é que o valor exigido de COFINS/PIS foi mantido “congelado” desde abril de 2004, porém, vários aumentos nos derivados de petróleo foram observados: a preço do produtor e sem CIDE: em reais por litro, a gasolina saltou de 0,6909 em abril de 2004 para 1,0986 em julho de 2009, um incremento de 59%, e o diesel, foi de 0,7487 para 1,3219 no mesmo período, com aumento de 77%. Se o valor exigido de COFINS e PIS por unidade produzida tivesse aumentado na mesma porcentagem que cresceu o preço ao produtor dos a arrecadação mensal do setor de combustíveis para COFINS/PIS, na casa de R\$ 1,1 bilhão/mês, poderia subir em R\$ 0,7 bilhão/mês e render quase R\$ 8,4 bilhões/ano.

¹⁶ É importante qualificar que a questão não está na mudança feita por lei, que adotou um novo regime de tributação de combustíveis, provavelmente para combater sonegação e fraudes no setor, mas sim no congelamento do imposto definido fruto de ação interna do Executivo, que não corrigiu o valor fixo cobrado desde abril de 2004.

Assim, a Lei n. 10.865, de 30/04/2004, art. 23, previu um novo e facultativo regime especial para combustíveis, quando mudou a COFINS para abranger um regime não-cumulativo e tributar as importações. O Decreto n. 5.059, de 30/04/2004, mudou coeficientes e fixou os valores a serem cobrados por unidade física de venda de derivados de petróleo, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 23 da lei anteriormente citada. Depois, Ato Interno da Receita n. 423, de 17/05/2004, detalhou a referida forma de incidência sobre o setor.

O problema não foi adotar alíquota *ad rem*, mas sim ter sido mantido congelado o seu valor, como se vê pela discrepância entre a RAD e o ICMS estadual na Figura 7.¹⁷ Além da perda de arrecadação e da pouca transparência (porque tal congelamento nunca foi destacado por autoridades e provavelmente constituiu uma forma indireta de administrar os preços de combustíveis ou afetar rentabilidade e investimentos no setor), chama-se a atenção que a prática afetou sobremaneira a alocação de recursos federais com prejuízos para a seguridade social, no caso da COFINS, e para o seguro-desemprego (FAT/BNDES), no caso do PIS.¹⁸

DESEMPENHO DIFERENCIADO ENTRE ARRECADAÇÃO E ECONOMIA

Deixando de lado as contribuições previdenciárias¹⁹ e só computando o somatório das arrecadações setoriais (ressaltando que este fica abaixo do informado nos boletins mensais da Receita Federal), é observado que a carga tributária federal, de 14,54% do PIB no primeiro semestre de 2009, foi a pior primeira metade do ano desde a posse do atual Presidente da República. Na medida em que se tornam conhecidos indicadores da economia apontando que País saiu da recessão a partir do segundo trimestre de 2009, e, como a arrecadação federal continua apresentando variações reais negativas em comparação a meses e períodos dos anos anteriores, e em porcentagens semelhantes deste o início do ano, também se torna claro que não é apenas a desaceleração da economia o determinante desse péssimo desempenho da arrecadação

¹⁷ O mesmo texto do IPEA acrescenta: “embora o volume de venda de combustível tenha crescido, ele não cresceu mais do que a inflação, o que resulta em um valor agregado constante ou levemente declinante; já o ICMS cresce porque, mesmo com preços relativamente controlados, a alíquota é sobre um preço presumido, que é definido pelos fiscos estaduais.”

¹⁸ Mais curioso ainda é que o próprio setor de petróleo está tomando pesados financiamentos justamente no BNDES, a quem, indiretamente, contribuiu cada vez menos nos últimos anos, por conta da alíquota congelada do PIS. Ora, como a maior parte dos recursos do BNDES é oriunda da arrecadação do PIS e este setor tem reduzido sua arrecadação nesta contribuição, certamente são os demais setores que, indiretamente, estão financiando as atividades relacionadas ao petróleo. Este ponto é pouco discutido e divulgado no País.

¹⁹ Para uma avaliação sobre a estrutura e o desempenho recente das contribuições previdenciárias, que surpreendentemente foram melhores que a RAD depois de irromper a crise financeira global, inclusive mantendo taxas de crescimento real nas comparações interanuais, ver análise de Afonso e Junqueira, divulgada pelo NEPP da UNICAMP, disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/d.php?f=112>. Antecipa-se que concluem que a expansão dos recolhimentos realizados pela própria administração pública, pela construção e pelos serviços em geral, além de receitas atípicas, mais do que compensaram as perdas expressivas registradas na indústria de transformação, que passou a responder por apenas 22% do total recolhido, acentuando uma tendência mais estrutural de perda de sua importância relativa.

tributária federal. Dentre outros fatores, vem sendo levantadas duas questões: os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal em resposta à crise e a eficiência na gestão da arrecadação tributária.

É inegável que as desonerações tributárias concedidas para estimular a economia depois da crise impuseram uma perda de receita importante, porém, cabe atentar para a sua real dimensão. A começar porque sempre houve a suspeita de que as estimativas de renúncia tendem a superestimar as perdas, ainda mais quando a iniciativa dos incentivos vinha do Legislativo (e não são conhecidas publicamente avaliações posteriores ao fechamento do exercício sobre o verdadeiro tamanho da redução de receita). Poderia ficar mais tentador superestimar a desoneração, seja porque os fiscais poderiam colocar nela a culpa pela perda da receita, seja porque os políticos podem fazer discursos que já deram dezenas ou centenas de bilhões de benesses para a economia. O fato é que tais incentivos foram pontuais, localizados, e concentrados no IPI, um imposto que arrecadava muito pouco antes da crise, a ponto de sua carga tributária atual ser inferior a registrada em meados dos anos 60, logo depois que foi criado. Não é intuito desta análise técnica menosprezar as perdas para os Fundos de Participação, para o qual o IPI pesava muito, porém, não parece razoável concluir que tais medidas expliquem uma perda de R\$ 25 bilhões em um só semestre.²⁰

A comparação internacional das reações governamentais diante da crise reforçam também esta análise: o Brasil é entre os países mais ricos o que menos gastou com expansão fiscal, segundo levantamento do FMI. Horton, Kumar e Mauro (2009: p.26) calculam a expansão fiscal brasileira neste ano em 0,7 pontos do PIB, a taxa mais baixa dentre todos os países G-20, cuja média ponderada foi de 5,5 pontos do produto (mesmo tomando apenas os emergentes, essa média salta para 5 pontos). O mesmo estudo também revela que o aumento de investimentos governamentais em infraestrutura concentrou o estímulo fiscal – metade do total no caso dos emergentes, enquanto renúncia de receita teve um peso pequeno, praticamente inexpressivo no caso de impostos sobre os consumos. Ou seja, a maioria dos países do G20 trilhou um caminho diferente que escolheu o governo brasileiro para responder a crise.

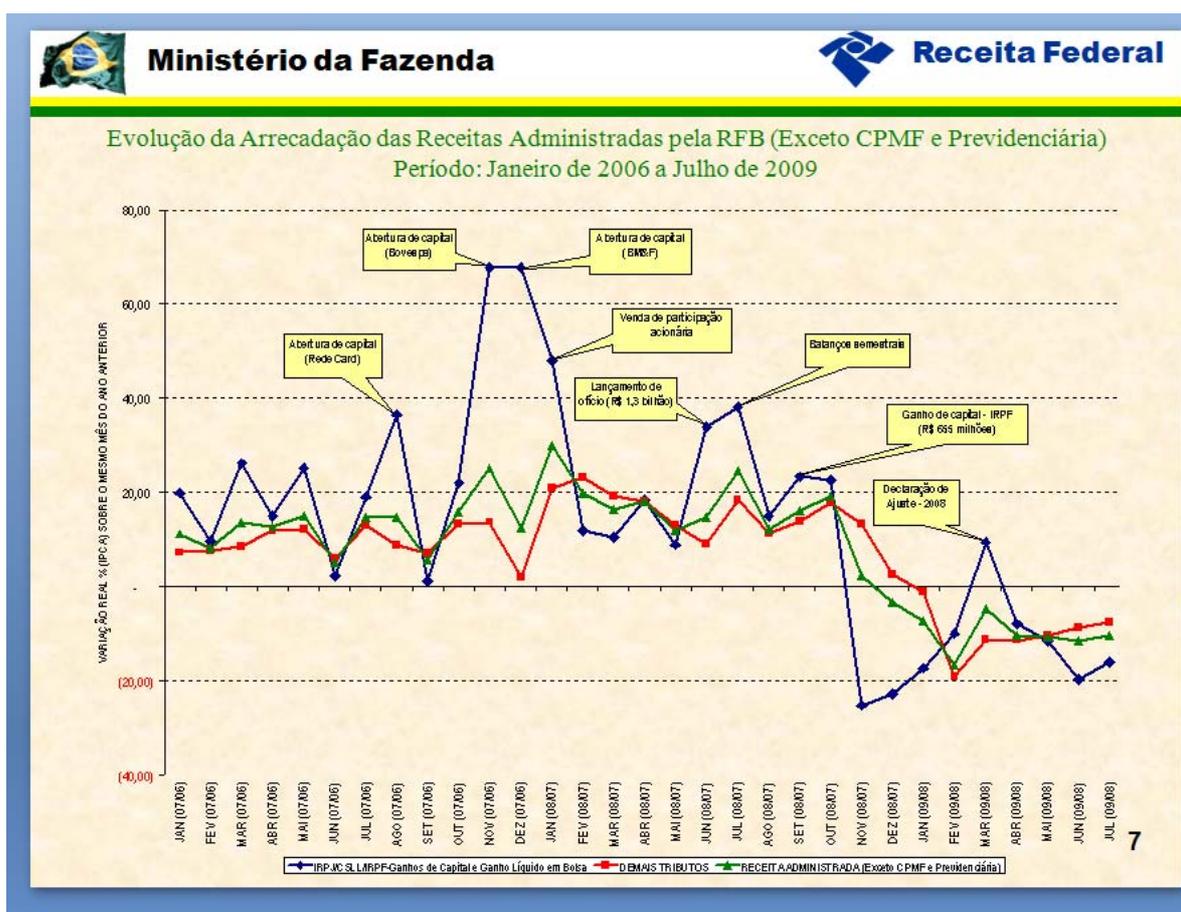
²⁰ Everardo Maciel, na entrevista citada anteriormente, também releva o peso das desonerações e chama a atenção para a faceta federativa:

“... Quanto às desonerações fiscais, elas são pontuais e pequenas. Estamos falando de desoneração de IPI, de cuja arrecadação 57% ficam com estados e municípios. Logo, o resultado fiscal tem pouca expressão para a União. Na verdade, a desoneração afetou mais os estados e os municípios do que a União.”

A tese de que o *gap* entre desempenho do PIB e da RAD poderia ser explicada por uma súbita ineficiência arrecadadora também não parece crível.

Dirigentes da RFB destacam que o desempenho da RAD é positivo se não for computada a CPMF e nem o resultado de 2008: houve aumento real de 10,1% entre o primeiro semestre de 2007 e de 2009. Nesse sentido, a estratégia de comunicação que preferiu “esconder” a *bolha* de arrecadação de 2008 (especialmente do seu primeiro semestre e movido pelos grandes ganhos no setor financeiro) não contava (obviamente) com o estouro da crise global e da mesma *bolha* da receita, deixando os administradores tributários “com um mico nas mãos” – as sucessivas quedas mensais de arrecadação depois de dezembro. Para ilustrar como a exuberância financeira virou de receita, a RFB divulgou um gráfico (copilado como Figura 9) com a variação real da arrecadação, de um mês contra igual período do ano, desde julho de 2006, no qual separa os tributos sobre a renda (IRPJ, CSLL e IRPF sobre Ganhos de Capitais) dos demais, aponta fatos marcantes que *puxaram* a arrecadação em caráter excepcional e se pode verificar que a curva daquele bloco foi muito mais volátil e decisiva, tanto parar os ganhos até setembro de 2008, quanto para sua queda contínua a partir de outubro daquele ano (só interrompida pela entrega da declaração de ajuste em março). Aliás, nos últimos meses, é interessante que a curva da variação dos demais tributos esteja “por cima” da vinculada ao IR/CSLL, reforçando que os tributos mais próximos à produção não estariam caindo tanto quanto àqueles mais sensíveis aos ganhos financeiros.

Figura 9



Na mesma direção, o texto do IPEA (2009a) também concluiu que a gestão da receita não poderia ser responsabilizada pela queda da arrecadação tributária federal, que é basicamente explicada pela desaceleração da economia, de um lado, e das atípicas desonerações e compensações, de outro.²¹ Já no sentido inverso, Everardo Maciel tem acusado retrocessos na administração fazendárias em entrevista recente.²²

²¹ O IPEA, na já citada Nota Técnica, concluiu o seguinte:

“Tanto a análise descritiva quanto a econométrica corroboram a hipótese de que a queda verificada na arrecadação federal é explicada fundamentalmente pelas variáveis econômicas, uma vez excluídos das comparações os fatores atípicos que influenciaram a queda na arrecadação de 2009, notadamente as desonerações e compensações tributárias. Embora esse componente atípico responda por mais da metade da queda da arrecadação, é plausível presumir que ele contribuiu para que a queda do nível de atividade econômica e das próprias receitas não tenha sido maior...” (pág.16).

²² A entrevista de Everardo Maciel para o Portal Exame, em 3/9/2009, teve o título: “A máquina da Receita foi desmontada”. Sobre possíveis mudanças na fiscalização, ele menciona:

“O exemplo mais visível é o enorme atraso na entrega pela Receita do programa da declaração do lucro real de empresas -- aquilo que veio a ser chamado de declaração dos grandes contribuintes. No meu tempo e na gestão do Rachid, fizemos um esforço para manter os prazos em dia. Mas, neste ano, as declarações que deveriam ter sido entregues até 30 de junho tiveram o prazo adiado para 16 de outubro, porque o programa só ficou disponível para as empresas

À parte desonerações e gestão, uma hipótese forte para explicar o *gap* entre RAD e PIB tem a ver com o crédito na economia brasileira – ou seja, o atraso no recolhimento de impostos pelas empresas pode ter se tornado uma resposta às dificuldades financeiras. Na Comissão de Crise do Senado, ao discutir a fundo a estrutura e o comportamento do crédito no País, foram relatados muitos indícios nesse sentido: a FIESP mostrou (em audiência pública em 5/5/2009) uma pesquisa em que, diante de tais dificuldades, a primeira conta a atrasar seria a de impostos para mais da metade das indústrias entrevistadas, o dobro das respostas em relação ao segundo lugar, de retardar o pagamento aos bancos - mais precisamente diante da questão “junto a quem considera deixar de pagar compromissos?”, 52% responderam impostos, com uma enorme distância para 21% de bancos, 14% de fornecedores e 0% de empregados. Até pela enorme distância entre as opções, fica claro que a inadimplência pode constituir uma forma de acesso a crédito, mais rápido e sem depender de terceiros - fora a questão do custo comparado entre multas e juros de mora e as taxas bancárias. Não custa recordar que, mesmo tendo sido ampliada a razão entre crédito total e PIB no País, o volume de crédito com recursos livres concedidos para pessoas jurídicas não teve a mesma expansão observada em benefício das pessoas físicas.²³

Na formulação da proposta orçamentária da União para 2010, parece que se optou pela via mais fácil e menos prudente: estimar a receita muito distante da realidade e da média da opinião dos analistas.

O problema maior nem estaria nas contas para 2010 mas sim na reprogramação da arrecadação de 2009. O economista Fernando Montero, da Convenção Corretora, chamou a atenção para o desempenho esperado no segundo semestre face ao efetivamente realizado no primeiro semestre: a receita bruta do Tesouro Nacional (que contempla todos os tributos e outras fontes), que decresceu 1,5% nos sete primeiros meses de 2009 frente a 2008, precisará crescer 10,6% nos cinco meses que faltam neste ano, para que seja atingida a receita anual reprogramada.

recentemente. Além disso, no primeiro semestre a fiscalização dos grandes contribuintes teve resultado inferior ao do mesmo período do ano passado, quando houve dois meses de greve na Receita. Isso aconteceu por falta de disciplina administrativa....

... A fiscalização foi desmontada. A coordenação de fiscalização, a Cofis, ficou às moscas. Toda a programação de trabalho destinada a estabelecer metas e organizar a fiscalização foi suspensa.

... tenho dúvidas sobre o quanto a arrecadação vai subir. A desestruturação de instituições é rápida de fazer, mas sua recuperação é demorada...”

Ver texto reproduzido em: http://www.sindireceita.org.br/?ID_MATERIA=15202

²³ Vale ressaltar que o estudo do IPEA antes citado também procurou verificar tal hipótese mas não encontrou evidências no sentido de incremento do cumprimento das obrigações tributárias federais.

As dúvidas também surgem após a leitura da avaliação do quarto bimestre de 2009, cujo relatório (exigido pela LRF) motivou o anúncio da proposta de redução da meta fiscal do governo central. Nele, a estimativa da RAD é reduzida para 2009 (R\$ 458,3 bilhões), o que significa 15,04% do PIB projetado para o ano (R\$ 3.047 bilhões), o que significaria uma queda de apenas 0,76 pontos do PIB em relação à razão RAD/PIB verificada em 2008 (15,81% do PIB). Ora, considerada que entre o primeiro semestre deste e do ano passado, a queda da RAD foi de 1,4 pontos do PIB, conforme demonstrado na Figura 1, será preciso um desempenho excepcional da arrecadação no último quadrimestre do ano, o que não aconteceu até agosto.

CONCLUSÕES: MAIS PRUDÊNCIA FISCAL

Basear a política fiscal em um resultado completamente fora da realidade das finanças públicas do país pode gerar problemas no futuro próximo, como o não cumprimento das metas fiscais, a elevação da relação dívida líquida/PIB, e a desconfiança do mercado sobre a sustentabilidade da política fiscal brasileira. Na verdade, tudo isso já vem ocorrendo nos últimos meses: forte deterioração fiscal, de acordo com os indicadores oficiais (BACEN) das necessidades de financiamento (resultados primário e nominal) e da dívida pública (no conceito líquido e, especialmente, no bruto).

Se evidências reforçam cada vez mais a hipótese de que houve uma quebra estrutural da carga tributária federal, é necessário repensar a política fiscal como um todo, incluindo uma nova estratégia do gasto e mesmo para a dívida (neste último caso, ainda que não haja qualquer dúvida sobre sua solvência no horizonte e, mesmo o aumento de sua razão com o PIB, no início de 2009, esteja mais influenciado pela valorização do real). Há um claro descompasso entre a capacidade de arrecadar e a decisão de gastar no âmbito federal. A qualidade da expansão do gasto recente (puxado pelo custeio e outros compromissos permanentes) contraria a idéia de que se trata de uma política fiscal anticíclica. O investimento responde pela menor parte do aumento de gasto (ao contrário das recomendações *keynesianas*) e, mesmo no caso dos incentivos fiscais, aí sim concedidos depois da crise (recomendação tipicamente *liberal*), seus efeitos fiscais não parecem tão expressivos – além do que, como foram concentrados no

IPI, a maior parte do custo foi transferido para os governos estaduais e municipais, que possuem uma parcela da arrecadação desse imposto superior a da União.

Desde o ajuste fiscal iniciado ao final dos anos noventa, a receita tem sido a variável decisiva ou de fecho da equação fiscal. O anúncio pelo IBGE do PIB do segundo trimestre de 2009 (com expansão em relação ao primeiro), a divulgação pela RFB da arrecadação de agosto (mantido mesmo patamar de decréscimo real interanual), e, por fim, o noticiário de que as autoridades econômicas federais pretendem reduzir a meta fiscal da União e ainda recorrer às excepcionalidades na apuração (como gastos em investimentos), deixaram mais visível o descompasso entre arrecadação e economia. Se o PIB no País caiu na casa de 1,5%, a RAD decresceu 10%, em termos reais. É um diferencial enorme.

Conseqüentemente, menciona-se que, desde o início do ano, analistas já traçam projeções de uma contenção importante no nível da carga tributária global em 2009. A título de exemplo, vale mencionar que estudo do Banco Santander correlaciona a receita tributária nacional com a diminuição do produto industrial e projeta quedas daquela carga entre 1,4 e 2,1 pontos percentuais do PIB, dependendo do cenário.²⁴ Usando a mesma metodologia da RFB, Amir Khair estimou, depois da RAD de agosto, que, entre 2008 e 2009, a carga tributária federal diminuiria em 1,14 pontos e a global ou nacional, em 1,04 pontos do PIB (cairia de 35,8 para 34,73% do PIB).

Paradoxalmente, não há o que comemorar na hipótese de redução da carga tributária no país, mesmo que permanente, porque ela foi involuntária, e a falta de planejamento e consistência macroeconômica é realçada por coincidir exatamente com uma forte aceleração nos gastos, especialmente aqueles permanentes, realizada pelo governo federal. A Figura 10 evidencia que, considerando os valores pagos por grupo de despesas da União, exceto o serviço de sua dívida, foi verificado um incremento de 2,8 pontos do PIB entre o primeiro semestre de 2008 e de 2009 (ou de 4,1 pontos do produto em relação ao pagamento médio entre 2003/08). No último período, o incremento dos investimentos foi de apenas 0,1 pontos do PIB, ou seja, apenas 3% do total do gasto adicional.²⁵

²⁴ Menciona-se também que, em estudo de outro banco, do Itaú-Unibanco, Fernando Fenolio projeta uma queda em termos reais da receita de impostos e contribuições em 9,4% em 2009.

²⁵ Para detalhar a análise da evolução do gasto federal da Figura 10 ver nota técnica de Afonso e Junqueira disponível em:

<http://www.joserobertoafonso.ecn.br/Site/asp/AcervoPessoal.aspx?Tip=2&Num=474>

Figura 10 - EVOLUÇÃO DA DESPESA NÃO-FINANCEIRA DA UNIÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE: 2003/2009

Grupo de Despesa (Valores Pagos)	EM % DO PIB								VARIÇÃO	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2003/08	2009-2008	2009-2003/08
Pessoal	4,64%	4,32%	4,35%	4,73%	4,81%	4,74%	5,53%	4,60%	0,80%	0,93%
Outras Correntes	12,89%	13,14%	14,00%	14,67%	15,01%	15,05%	16,96%	14,13%	1,91%	2,83%
Investimentos	0,20%	0,29%	0,27%	0,46%	0,51%	0,67%	0,77%	0,40%	0,10%	0,37%
= Soma	17,73%	17,75%	18,62%	19,87%	20,32%	20,45%	23,26%	19,12%	2,81%	4,14%
Invest./Soma	1%	2%	1%	2%	2%	3%	3%	2%	3%	9%

Fonte primária: SIAFI. Extração pelo Contas Abertas.

Valores pagos de dotações do orçamento do mesmo exercício financeiro mais restos pagos de exercícios anteriores.

Gasto não-financeiro exclui pagamentos de despesas com serviço da dívida e investimentos financeiros.

A maior parte do aumento de gastos com pessoal, benefícios sociais e mesmo custeio pouco têm a ver com política fiscal anticíclica uma vez que resultam em sua maior parte de decisões que foram tomadas antes mesmo de estourar a crise. É crível argumentar que tal expansão de gastos ajudou a segurar o consumo no País e a reverter a recessão de forma mais rápida. Mas é necessário ser realista de reconhecer que esse processo foi uma espécie “de acidente do destino”.

Paradoxalmente, quanto mais rápida for a saída da crise, mais cedo e mais claro ficará o descompasso criado entre o aumento do gasto e o desempenho da receita. A queda dos gastos com juros é decisiva para permitir que um superávit primário menor mantenha a sustentabilidade da dívida pública. Fora isso, ainda que se argumente que o incremento do gasto disparou um acelerador de renda, é preciso considerar que o mesmo também pode ter ocorrido pelo lado da carga tributária: se sofreu uma queda inusitada nos últimos anos, por outro lado, isso aumentou a renda disponível nas famílias e, sobretudo, nas empresas, e certamente também teve um papel importante para atenuar os efeitos da crise. A volta da carga ao patamar anterior à crise, ou mesmo um novo aumento (que seria necessário face ao aumento do nível de gasto), teriam o efeito inverso, de reduzir a renda disponível na economia e mesmo atenuar a aceleração do crescimento no curto prazo.

Prudência deveria ser a palavra de ordem na formulação e execução da política fiscal, especialmente do governo federal. É preciso investigar mais e considerar a hipótese de que tenha sido abalado, em caráter permanente, o fundamento da carga tributária crescente, que foi decisivo para o comportamento das contas públicas na era pós-Real. Se essa hipótese não se confirmar, tanto melhor para a política fiscal e macroeconômica. Na dúvida, caberia ao menos uma postura mais prudente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, José e JUNQUEIRA, Gabriel. Contribuição Previdenciária em Tempos de Crise. Texto para Discussão NEPP/UNICAMP, Campinas, Agosto/2009.
- AGÊNCIA ESTADO (2009). Pensa-se muito na Petrobrás como a Geni, diz Gabrielli. O Estado de São Paulo. Brasília, 11 de maio de 2009.
- EXAME (2009). A Máquina da Receita foi Desmontada. Revista Exame. São Paulo, Março/2009.
- FENOLIO, Fernando. Sete anos após a crise de 2002: Reavaliando a situação fiscal do Brasil. Texto para Discussão Itaú-Unibanco TD 01/2009. S.Paulo, Julho 2009
- HORTON, Mark; KUMAR, Manmohan; and MAURO, Paolo. The State of Public Finances: A Cross-Country Fiscal Monitor. IMF Staff Position Note. Washington, IMF, July 30, 2009.
- IPEA (2009a). O que explica a queda recente da receita tributária federal? Ipea, Diretoria de Estudos Macroeconômicos, Nota Técnica. Rio de Janeiro, Agosto/2009.
- IPEA (2009b). Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de Automóveis. Ipea, Diretoria de Estudos Macroeconômicos, Nota Técnica. Rio de Janeiro, Setembro/2009.
- MACIEL, E. (2009). Controvérsias sobre Compensações Tributárias. Blog do Noblat, O Globo. Brasília, 17 de setembro de 2009.
- PETROBRÁS (2009). Petrobrás adota práticas tributárias legais. Petrobras, Relacionamento com Investidores. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2009.
- SANTANDER. Exodus. Research Santander. S.Paulo, April 9, 2009.
- SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (2009). Análise da Arrecadação das Receitas Federais. Brasília, Julho/2009. p.40.
- _____ (2008). Análise da Arrecadação das Receitas Federais. Brasília, dezembro/2008. p.44.

Arrecadação da Receita Administrada (Exceto Receitas Previdenciárias) - em R\$ de junho de 2009 (IPCA): Primeiro Semestre 2000/2009									
CNAE	Atividade	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
011	Produção de lavouras temporárias	104.432	148.793	127.909	109.965	121.550	155.923	178.957	113.073
012	Horticultura e floricultura	4.251	4.292	4.544	4.898	6.560	7.507	6.329	5.672
013	Produção de lavouras permanentes	29.371	33.918	34.426	19.077	24.348	35.600	44.814	127.958
014	Produção de sementes e mudas certificadas	17.364	13.224	6.750	5.926	8.170	17.987	7.245	9.839
015	Pecuária	144.800	158.099	130.244	146.067	184.829	183.722	204.841	170.612
016	Atividades de apoio à agricultura, à pecuária e pós-colheita	112.145	156.101	116.983	80.912	98.000	83.171	59.353	51.551
017	Caça e serviços relacionados	4	8	-	-	-	-	-	-
021	Produção florestal - florestas plantadas	88.401	136.552	67.404	73.337	65.566	61.474	46.454	56.838
022	Produção florestal - florestas nativas	2.039	2.598	1.611	1.448	933	943	793	799
023	Atividades de apoio à produção florestal	81.754	105.944	107.872	123.519	118.316	87.828	76.838	47.523
031	Pesca	5.725	5.573	6.836	5.218	5.486	4.534	5.040	6.500
032	Aqüicultura	5.205	4.766	3.740	3.913	5.097	5.035	8.737	8.726
050	Extração de carvão mineral	13.064	14.441	10.412	12.578	12.362	11.894	8.146	16.723
060	Extração de petróleo e gás natural	236.562	136.624	93.582	76.608	65.857	101.320	109.887	449.919
071	Extração de minério de ferro	935.198	1.963.983	2.241.940	2.258.554	1.522.468	589.531	1.220.924	390.212
072	Extração de minerais metálicos não-ferrosos	403.688	451.187	509.838	160.156	184.932	175.238	534.172	83.649
081	Extração de pedra, areia e argila	155.830	150.955	121.498	97.135	83.654	84.992	70.783	65.299
089	Extração de outros minerais não-metálicos	78.427	132.807	179.988	67.269	106.267	131.075	123.552	95.799
091	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	388.742	230.818	203.257	189.740	197.421	233.767	135.599	128.402
099	Atividades de apoio à extração exceto petróleo e gás natural	20.167	1.366	35	-	-	-	-	-
101	Abate e fabricação de produtos de carne	296.252	308.314	257.014	238.020	207.626	188.438	221.539	278.120
102	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	56.865	50.260	41.369	41.703	34.362	34.503	17.713	22.587
103	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	190.966	198.187	151.404	95.469	94.194	80.116	107.665	63.716
104	Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	208.213	285.659	235.718	204.043	229.564	182.116	302.654	131.614
105	Laticínios	211.673	202.484	194.751	203.678	251.348	264.420	274.114	246.373
106	Moagem e fabric. produtos amiláceos e alimentos para animais	528.527	718.027	552.946	519.539	615.180	729.082	604.481	442.882
107	Fabricação e refino de açúcar	414.010	498.822	713.978	702.726	408.348	282.075	505.754	277.945
108	Torrefação e moagem de café	59.275	68.541	67.260	61.648	57.551	76.787	92.734	75.930
109	Fabricação de outros produtos alimentícios	1.434.218	1.462.656	1.413.500	1.241.627	1.327.720	1.090.934	728.828	570.843
111	Fabricação de bebidas alcoólicas	1.985.272	2.069.336	2.002.991	1.957.213	2.297.484	2.192.635	1.699.468	1.976.885
112	Fabricação de bebidas não-alcoólicas	624.369	332.525	311.454	275.925	285.162	385.527	421.571	392.583
121	Processamento industrial do fumo	13.099	11.718	14.304	-	-	-	-	-
122	Fabricação de produtos do fumo	2.271.397	2.329.611	2.136.676	2.016.858	2.111.623	437.902	185.690	89.211
131	Preparação e fiação de fibras têxteis	335.699	365.763	365.436	378.962	366.544	357.381	236.612	257.782
132	Tecelagem, exceto malha	174.207	205.017	197.993	192.952	199.446	157.349	160.602	153.715
133	Fabricação de tecidos de malha	137.066	149.208	137.670	92.813	85.882	62.316	50.371	65.733
134	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	45.777	52.009	45.515	47.209	46.381	44.315	35.887	34.336
135	Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	374.532	496.554	491.854	422.571	376.330	322.724	257.344	269.844

Arrecadação da Receita Administrada (Exceto Receitas Previdenciárias) - em R\$ de junho de 2009 (IPCA): Primeiro Semestre 2000/2009									
CNAE	Atividade	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
141	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	759.221	707.002	639.219	589.590	558.802	439.660	389.379	447.082
142	Fabricação de artigos de malharia e tricotagem	113.502	79.158	52.402	45.398	45.962	36.158	29.309	35.087
151	Curtimento e outras preparações de couro	32.633	51.049	46.224	42.305	54.553	76.021	77.325	82.318
152	Fabricação artigos para viagem e artefatos diversos de	35.478	39.615	35.672	32.133	37.398	39.097	39.932	42.595
153	Fabricação de calçados	304.669	346.104	297.004	275.741	287.746	252.580	259.983	219.522
154	Fabricação de partes para calçados, de qualquer mater	10.531	9.045	889	-	-	-	-	-
161	Desdobramento de madeira	61.735	70.796	77.474	69.419	116.714	84.467	103.703	78.767
162	Fabricação de prod. de madeira, cortiça e material tranç	379.807	585.698	498.963	414.734	407.940	341.248	297.340	299.476
171	Fabricação de celulose e outras pastas para fabric. de	175.351	364.993	386.574	365.901	581.018	522.603	341.287	260.251
172	Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão	319.620	401.791	469.522	357.350	465.903	434.998	466.837	548.865
173	Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-ca	705.220	862.865	721.320	490.019	444.557	388.770	360.315	256.317
174	Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina etc	385.668	466.753	397.698	340.823	339.861	256.991	229.728	177.220
181	Atividade de impressão	393.612	368.160	234.730	159.289	158.037	133.631	97.453	103.629
182	Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos	55.254	68.750	102.976	156.193	170.818	141.227	107.797	95.685
183	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	31.995	33.466	28.896	35.126	41.388	49.112	29.783	37.680
191	Coquerias	19.425	59.151	42.312	42.851	4.757	758	463	539
192	Fabricação de produtos derivados do petróleo	14.125.784	18.781.044	18.368.915	19.900.578	17.946.979	17.792.017	18.847.746	13.875.692
193	Fabricação de biocombustíveis	148.500	186.542	217.925	195.154	154.214	91.925	132.072	95.993
201	Fabricação de produtos químicos inorgânicos	705.401	779.141	518.372	507.231	683.046	813.881	629.738	458.537
202	Fabricação de produtos químicos orgânicos	913.343	1.410.948	1.282.083	1.602.713	2.276.997	1.010.491	697.191	655.901
203	Fabricação de resinas e elastômeros	565.579	870.488	729.476	569.830	574.575	508.884	518.797	922.601
204	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	36.032	42.029	39.234	43.559	44.753	55.658	95.206	54.148
205	Fabricação de defensivos agríc. e desinfet. domissanité	270.814	197.709	91.413	117.683	511.342	1.007.907	243.263	240.165
206	Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza	1.169.434	1.010.235	857.672	668.295	655.911	781.466	721.147	766.225
207	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e produtos afir	436.782	489.622	493.383	445.431	466.484	446.694	348.038	338.818
209	Fabricação de produtos e preparados químicos diversos	2.033.397	2.097.598	1.773.529	1.697.827	1.956.833	2.088.451	1.640.277	1.686.947
211	Fabricação de produtos farmoquímicos	110.951	101.874	149.898	128.362	119.838	119.600	112.676	99.115
212	Fabricação de produtos farmacêuticos	1.663.693	1.788.296	1.594.567	1.359.889	1.278.607	1.265.825	893.520	933.478
221	Fabricação de produtos de borracha	690.324	932.093	874.015	908.522	1.009.026	1.054.266	668.693	543.105
222	Fabricação de produtos de material plástico	2.096.419	2.316.915	2.107.604	1.911.699	1.821.363	1.459.499	1.251.394	1.347.810
231	Fabricação de vidro e de produtos do vidro	612.943	782.084	692.972	595.286	616.381	489.466	483.604	442.418
232	Fabricação de cimento	668.470	653.039	410.321	318.705	446.645	535.139	580.456	537.132
233	Fabricação de artefatos de concreto, cimento e semelha	302.159	223.247	156.017	129.906	117.483	103.090	85.206	73.854
234	Fabricação de produtos cerâmicos	367.826	473.083	454.035	321.122	310.257	248.547	254.426	268.771
239	Aparelhamento de pedras, fabric. de outros prod. de mi	221.920	302.905	297.001	263.931	276.263	247.242	232.992	188.264
241	Produção de ferro-gusa e de ferroligas	1.067.202	790.803	579.525	248.636	535.780	170.172	65.223	17.078
242	Siderurgia	3.759.085	5.318.562	4.530.292	3.587.896	5.092.990	2.850.680	2.183.326	1.486.633
243	Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura	304.133	300.176	151.258	220.757	149.159	119.541	159.063	141.633
244	Metalurgia dos metais não-ferrosos	485.315	890.105	1.324.307	832.767	828.906	603.106	472.490	537.413
245	Fundição	214.273	297.375	273.698	249.023	311.400	166.195	142.623	132.180

Arrecadação da Receita Administrada (Exceto Receitas Previdenciárias) - em R\$ de junho de 2009 (IPCA): Primeiro Semestre 2000/2009									
CNAE	Atividade	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
251	Fabricação de estrut. metálicas, obras de caldeiraria pe	259.172	262.138	227.792	148.615	125.834	107.276	109.604	119.652
252	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e calde	78.432	85.129	66.345	44.458	33.704	37.265	54.547	52.763
253	Forjaria, estamparia, metalurgia do pó, tratamento de me	456.533	588.326	472.887	406.007	442.608	358.009	312.575	340.154
254	Fabricação de artigos de cutelaria, serralheria, ferramei	387.612	451.694	405.763	360.370	313.741	292.136	309.238	264.322
255	Fabricação de equip. bélico pesado, armas de fogo e m	34.490	41.090	35.091	24.477	19.648	26.439	41.850	32.622
259	Fabricação de prod. de metal não especificados anterio	1.182.849	1.320.670	1.195.067	1.089.861	1.133.277	932.586	879.361	803.453
261	Fabricação de componentes eletrônicos	268.359	409.303	339.916	340.806	368.985	385.522	308.587	246.854
262	Fabricação de equipamentos de informática e periférico	1.003.254	1.199.762	1.418.560	1.037.282	792.733	620.093	409.003	366.162
263	Fabricação de equipamentos de comunicação	780.615	1.294.548	865.356	606.130	656.149	1.091.919	614.166	506.528
264	Fabricação de aparelhos de recepção e gravação áudio	576.709	677.805	636.620	780.176	699.355	647.845	314.845	360.435
265	Fabric. aparelhos medida, teste, controle; cronôm., relóg	257.475	327.895	286.815	262.181	237.298	224.307	188.876	173.168
266	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêut	44.547	30.293	21.518	25.146	19.314	15.488	14.683	19.084
267	Fabricação de equip. ópticos, fotográficos, cinematográ	63.956	69.050	67.595	69.925	64.983	55.972	44.815	43.740
268	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	3.395	3.750	2.151	4.117	2.395	1.625	3.196	3.248
271	Fabricação de geradores, transformadores e motores e	243.198	266.064	192.367	200.649	159.277	139.699	162.338	187.200
272	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos	99.771	115.979	89.440	118.652	116.820	104.896	69.115	72.904
273	Fabricação de equip. para distribuição de energia elétric	715.618	797.441	721.247	810.040	735.762	550.437	441.059	477.762
274	Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de ilum	90.371	107.471	91.468	82.711	63.466	57.892	53.832	58.353
275	Fabricação de eletrodomésticos	637.237	792.256	686.582	460.421	363.542	354.668	253.549	251.068
279	Fabricação equip. elétricos não especificados anteriorn	371.967	465.457	396.101	388.584	417.821	396.207	300.898	332.912
281	Fabricação motores, bombas, compressores, equip. tra	541.063	676.620	499.378	433.322	477.091	388.361	332.027	316.803
282	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral	1.070.896	1.194.685	979.104	931.353	824.679	708.217	662.648	603.432
283	Fabricação de tratores e máquinas para agricultura, pec	343.078	397.684	222.300	164.304	324.755	567.395	403.905	295.591
284	Fabricação de máquinas-ferramenta	171.261	199.734	175.962	165.792	188.012	150.898	143.626	105.491
285	Fabricação de máquinas de uso na extr. mineral e consi	457.801	474.189	378.011	259.165	361.899	422.174	414.232	335.266
286	Fabricação de máquinas e equip. de uso industrial espe	608.520	710.548	640.653	552.378	567.268	590.412	499.847	471.997
291	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	4.848.743	8.500.770	6.007.481	4.831.799	4.297.087	4.458.706	3.801.856	4.169.023
292	Fabricação de caminhões e ônibus	750.307	1.280.553	993.753	625.894	663.595	825.668	527.351	369.727
293	Fabricação de cabines, carrocerias para veículos autor	154.422	200.224	127.393	112.614	99.498	110.371	92.772	105.516
294	Fabricação de peças e acessórios para veículos a	3.045.375	4.160.353	3.705.256	3.177.764	2.886.169	2.211.233	1.772.351	1.496.006
295	Recondicionamento e recuperação motores veículos au	6.772	7.453	7.927	7.496	6.857	5.362	5.012	5.142
301	Construção de embarcações	63.270	49.805	42.224	43.355	53.948	43.358	46.276	16.775
303	Fabricação de veículos ferroviários	38.418	24.014	21.980	28.489	26.200	17.264	8.330	10.050
304	Fabricação de aeronaves	138.112	211.872	210.623	280.012	260.231	220.140	374.644	305.721
309	Fabricação equip. de transp. não especificados anterio	603.448	966.163	737.462	575.759	472.823	299.763	366.760	351.819
310	Fabricação de móveis	488.735	471.239	445.812	409.627	378.175	352.533	333.167	353.916
321	Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhant	48.450	54.266	39.935	33.213	32.470	25.836	28.142	27.753
322	Fabricação de instrumentos musicais	5.746	6.036	5.369	5.092	5.106	4.606	4.702	5.179
323	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	10.894	7.670	12.664	9.976	8.918	6.767	6.088	7.666
324	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	49.000	43.850	45.815	41.426	39.907	33.972	34.255	36.890

Arrecadação da Receita Administrada (Exceto Receitas Previdenciárias) - em R\$ de junho de 2009 (IPCA): Primeiro Semestre 2000/2009									
CNAE	Atividade	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
325	Fabricação de instrum. e materiais uso médico e odonto	326.270	399.806	368.854	486.914	439.904	423.783	298.257	310.802
329	Fabricação de produtos diversos	174.346	191.267	159.877	281.024	265.402	245.692	237.205	232.325
331	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos	268.541	232.487	259.114	158.751	116.438	113.506	23.894	33.482
332	Instalação de máquinas e equipamentos	17.067	11.276	5.725	3.737	3.562	2.715	1.888	1.774
351	Geração, transmissão e distribuição de energia e	9.103.939	9.392.105	9.491.026	9.037.004	8.405.858	6.223.070	4.485.558	5.606.906
352	Produção e distribuição combust. gasosos por redes ur	485.427	523.707	474.475	171.422	131.340	115.477	103.785	74.995
353	Produção e distrib. de vapor, água quente e ar condicio	1.496	2.435	1.888	1.051	972	492	337	274
360	Captação, tratamento e distribuição de água	1.918.897	1.644.525	1.715.318	1.433.340	1.352.447	965.018	772.780	573.242
370	Esgoto e atividades relacionadas	60.772	90.998	71.288	100.892	85.353	85.765	64.868	61.427
381	Coleta de resíduos	134.102	131.915	89.176	64.900	41.614	30.837	26.861	24.623
382	Tratamento e disposição de resíduos	59.616	80.976	33.680	23.775	17.347	9.838	4.233	3.405
383	Recuperação de materiais	64.771	88.082	80.931	60.396	68.597	65.692	52.932	46.910
390	Descontaminação e outros serviços de gestão de resid	789	1.149	72	-	-	-	-	-
411	Incorporação de empreendimentos imobiliários	1.346.139	1.193.583	896.766	-	-	-	-	-
412	Construção de edifícios	1.905.681	1.858.713	1.487.973	1.249.171	1.040.927	1.036.172	1.012.959	1.109.381
421	Construção rodovias, ferrovias, obras urbanas, obras-c	1.197.820	890.457	700.197	605.243	448.340	415.941	415.408	536.570
422	Obras de infra-estrutura para energia, telecomunicações	360.287	284.550	209.098	174.687	164.700	126.062	118.230	167.364
429	Construção de outras obras de infra-estrutura	967.392	830.076	537.483	401.162	327.228	325.078	307.622	304.703
431	Demolição e preparação do terreno	171.819	156.728	122.189	93.764	69.540	61.466	52.523	59.799
432	Instalações elétricas, hidrául., outras inst. em construçõ	265.096	221.672	206.350	174.263	141.793	133.882	126.021	150.284
433	Obras de acabamento	100.367	90.705	93.337	86.977	89.990	101.056	102.437	111.163
439	Outros serviços especializados para construção	144.372	113.500	51.503	53.489	40.446	37.389	33.663	37.961
451	Comércio de veículos automotores	1.959.539	2.532.796	1.276.892	1.025.408	1.353.821	1.130.715	893.665	769.988
452	Manutenção e reparação de veículos automotores	41.797	46.987	75.499	68.588	80.574	78.147	63.749	63.195
453	Comércio de peças e acessórios para veículos automot	802.553	816.022	799.470	719.739	795.670	660.915	557.990	641.464
454	Comércio, manutenção, repar. motocicletas, peças, ace	165.373	220.630	175.970	129.082	105.182	78.226	68.542	62.578
461	Representantes comerciais, exceto de veículos automot	1.178.549	1.323.650	1.419.211	1.374.119	1.349.349	1.132.902	980.019	878.667
462	Comércio atacadista matérias-primas agríc. e animais vi	176.712	181.531	140.145	130.587	157.136	207.693	254.966	199.172
463	Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e	1.333.289	1.430.659	1.297.649	874.835	776.044	863.954	992.576	996.231
464	Comércio atacadista de produtos de consumo não-alime	3.110.160	2.659.407	2.388.562	1.944.942	1.621.509	1.454.510	1.193.442	1.216.567
465	Comércio atacadista tecnologias de informação e comun	1.579.237	1.595.500	1.317.686	722.133	702.464	644.573	317.236	321.553
466	Comércio atacadista máquinas, exceto tecnol. info. com	1.870.509	2.035.945	1.297.387	1.069.362	978.920	819.981	799.702	832.994
467	Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramenta	526.569	529.345	464.493	349.354	341.607	269.487	241.527	216.687
468	Comércio atacadista especializado em outros produtos	3.749.344	4.179.019	3.574.069	2.894.659	2.712.319	2.304.549	2.173.009	1.989.620
469	Comércio atacadista não-especializado	1.602.501	1.610.898	1.441.239	1.124.908	1.049.455	899.390	892.189	772.929
471	Comércio varejista não-especializado	2.448.068	2.532.404	2.280.236	2.164.530	2.125.755	1.910.371	1.927.125	1.822.017
472	Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e f	172.813	174.591	265.797	241.318	269.154	281.694	274.188	279.516
473	Comércio varejista de combustíveis para veículos autom	533.401	511.406	472.938	447.420	438.191	417.583	435.140	394.965
474	Comércio varejista de material de construção	942.131	891.109	939.150	849.485	902.284	825.422	813.857	793.629
475	Comércio varejista equipamentos de informática e comu	1.359.120	1.438.394	1.499.629	1.833.603	1.834.892	1.783.839	1.762.069	1.869.460

Arrecadação da Receita Administrada (Exceto Receitas Previdenciárias) - em R\$ de junho de 2009 (IPCA): Primeiro Semestre 2000/2009									
CNAE	Atividade	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
476	Comércio varejista artigos culturais, recreat. e esportivos	236.093	215.768	228.008	207.300	215.687	216.679	197.081	209.426
477	Comércio varejista produtos farmacêuticos, perfumaria	370.693	337.087	473.936	433.450	446.519	425.478	368.060	377.102
478	Comércio varejista produtos novos não especificados e	1.726.370	1.995.074	2.108.955	1.958.585	2.000.015	1.976.608	1.739.530	1.900.930
491	Transporte ferroviário e metroferroviário	480.258	680.194	555.413	532.856	357.466	315.283	200.227	179.477
492	Transporte rodoviário de passageiros	874.824	970.448	845.059	745.356	697.628	672.701	563.081	612.588
493	Transporte rodoviário de carga	1.350.536	1.576.453	1.307.567	1.158.449	1.125.154	989.473	762.244	698.424
494	Transporte dutoviário	374.255	177.225	314.891	363.089	72.071	230.482	101.659	1.478
495	Trens turísticos, teleféricos e similares	1.557	1.423	1.151	1.155	3.810	3.291	1.384	1.611
501	Transporte marítimo de cabotagem e longo curso	277.852	288.413	143.415	152.275	297.648	197.304	354.183	468.595
502	Transporte por navegação interior	99.882	56.965	55.268	43.611	39.145	31.511	33.488	23.664
503	Navegação de apoio	65.766	34.912	27.103	22.001	24.502	22.142	23.769	15.627
509	Outros transportes aquaviários	12.475	8.913	4.049	3.171	3.555	3.393	2.344	3.017
511	Transporte aéreo de passageiros	593.236	606.298	564.920	580.450	510.966	436.644	295.133	314.906
512	Transporte aéreo de carga	13.896	13.224	9.995	-	-	-	-	-
513	Transporte espacial	796	526	15	15	25	82	82	58
521	Armazenamento, carga e descarga	505.958	508.580	445.735	326.176	335.130	256.105	186.186	167.615
522	Atividades auxiliares dos transportes terrestres	630.902	487.440	425.621	380.622	302.216	227.791	143.026	134.934
523	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários	488.720	428.484	289.140	243.462	255.411	209.941	179.581	147.131
524	Atividades auxiliares dos transportes aéreos	215.575	197.517	181.237	130.619	106.199	149.994	104.424	105.714
525	Atividades relacionadas à organização do transporte de	300.122	326.056	155.533	109.077	93.200	73.228	59.803	44.110
531	Atividades de Correio	455.161	473.931	395.817	425.188	425.020	426.008	441.868	434.156
532	Atividades de malote e de entrega	22.885	21.692	62.098	14.315	22.504	22.153	29.743	27.338
551	Hotéis e similares	369.827	345.937	338.120	298.642	281.327	273.749	216.223	232.720
559	Outros tipos de alojamento não especificados anteriorm	4.039	3.772	5.717	4.853	5.755	5.715	5.320	5.474
561	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebida	431.280	403.387	459.957	408.925	399.615	403.384	311.987	321.407
562	Serviços de catering, bufê, outros serviços comida prepr	186.469	172.841	188.175	155.361	147.640	116.785	65.875	68.175
581	Edição livros, jornais, revistas e outras ativid. de edição	205.211	155.498	187.667	167.459	64.204	28.395	51	-
582	Edição integrada à impressão de livros, jornais, etc.	427.986	595.917	547.306	525.463	622.094	688.278	605.748	638.267
591	Atividades cinematogr., produção de vídeos e programas	188.035	163.676	177.912	202.763	215.519	175.932	128.200	125.582
592	Atividades de gravação de som e de edição de música	25.703	29.783	28.467	27.672	36.318	27.682	22.868	25.878
601	Atividades de rádio	80.509	101.201	77.868	86.177	77.530	70.244	54.309	64.515
602	Atividades de televisão	775.893	741.737	540.513	620.102	481.389	480.519	485.704	510.802
611	Telecomunicações por fio	2.638.399	2.952.745	3.523.780	1.637.654	2.013.769	1.554.651	1.117.610	1.347.799
612	Telecomunicações sem fio	1.506.277	1.709.488	1.253.830	1.101.625	1.221.606	1.064.151	926.179	953.781
613	Telecomunicações por satélite	86.198	89.745	103.566	112.286	60.919	46.665	53.701	46.926
614	Operadoras de televisão por assinatura	383.523	324.704	223.029	119.031	101.892	124.274	-	-
619	Outras atividades de telecomunicações	485.488	443.842	344.407	1.580.854	1.810.589	1.043.129	1.043.359	1.091.090
620	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	1.730.345	1.585.274	1.362.403	1.268.295	1.130.867	1.198.438	1.052.728	1.104.612
631	Tratamento de dados, hospedagem internet e outras ativ	298.224	307.700	237.840	242.255	207.255	195.986	198.081	205.563
639	Outras atividades de prestação de serviços de informac	52.518	44.127	27.033	22.851	14.798	15.641	12.707	14.276

641	Banco Central	167.505	134.391	132.667	165.797	114.202	106.335	92.957	112.913
642	Intermediação monetária - depósitos à vista	31.708.029	35.829.173	44.140.422	39.501.046	37.013.305	35.735.361	36.250.233	31.346.592
643	Intermediação não-monetária, outros instrumentos de ca	3.544.859	4.924.162	3.575.963	3.311.151	3.759.744	3.240.837	2.431.484	2.314.990
644	Arrendamento mercantil	761.597	530.682	584.129	700.403	403.385	517.015	871.395	577.624
645	Sociedades de capitalização	545.336	493.360	512.955	530.330	459.841	427.143	345.692	356.914
646	Atividades de sociedades de participação	3.241.176	3.992.279	2.566.366	2.222.580	2.139.120	3.992.509	3.663.163	4.989.341
647	Fundos de investimento	4.784	9.630	5.396	4.132	1.366	6.620	19.499	12.988
649	Atividades de serviços financ. não especific. anteriorm	761.350	773.378	705.011	598.661	529.432	385.015	365.825	314.027
651	Seguros de vida e não-vida	2.375.293	1.976.972	2.208.246	1.668.077	1.506.770	1.529.935	1.063.333	1.088.033
652	Seguros-saúde	425.758	346.803	278.142	238.337	176.241	146.517	167.084	161.566
653	Resseguros	105.443	211.171	142.545	256.694	202.384	266.570	110.280	92.659
654	Previdência complementar	2.920.447	2.580.830	2.150.988	1.879.781	2.089.220	2.294.802	1.549.719	12.432.917
655	Planos de saúde	1.130.351	986.140	791.320	600.744	487.253	380.152	269.191	232.279
661	Atividades auxiliares dos serviços financeiros	4.450.576	5.412.553	3.920.855	3.689.568	2.973.611	3.102.413	3.369.672	2.760.116
662	Atividades auxiliares dos seguros, previdência complen	512.176	476.148	387.457	316.502	300.625	266.430	196.751	213.356
663	Atividades de administr. de fundos por contrato ou com	287.231	310.609	208.945	280.632	64.161	55.294	36.568	29.840
681	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	768.717	692.763	494.692	1.050.623	947.478	829.731	722.257	667.085
682	Atividades imobiliárias por contrato ou comissão	411.660	448.319	296.157	250.260	229.857	196.749	174.099	162.538
691	Atividades jurídicas	963.551	895.155	777.500	634.824	524.243	503.489	484.364	438.528
692	Atividades de contabilidade, consultoria, auditoria contá	275.416	307.595	292.898	240.543	210.912	191.519	175.470	187.871
702	Atividades de consultoria em gestão empresarial	1.515.051	2.245.252	1.082.040	3.321.554	4.407.861	5.244.810	5.664.887	5.697.922
711	Serviços arquitet., engenharia, ativ. técnicas relacionad	1.288.477	1.117.449	944.513	734.149	650.947	639.674	709.916	712.012
712	Testes e análises técnicas	51.925	50.720	102.339	23.720	21.442	11.914	9.495	8.528
721	Pesquisa desenv. experiment. em ciências físicas e nat	181.941	151.531	114.626	131.657	97.019	106.581	94.778	94.682
722	Pesquisa desenv. experimental em ciências sociais e hu	24.112	19.449	17.939	17.593	15.367	13.368	12.199	21.415
731	Publicidade	657.914	624.784	551.673	526.358	471.435	432.540	339.947	399.852
732	Pesquisas de mercado e de opinião pública	67.200	69.515	50.102	47.517	46.496	52.644	44.561	47.737
741	Design e decoração de interiores	5.941	5.301	2.798	2.351	2.436	2.301	2.144	1.963
742	Atividades fotográficas e similares	16.082	19.771	21.301	21.555	24.389	22.574	20.235	24.733
749	Atividades profissionais, científ., técnicas não especific	283.616	277.379	192.999	141.787	110.495	43.156	33.049	37.998
750	Atividades veterinárias	8.935	7.958	6.931	6.047	5.851	5.545	4.105	3.608
771	Locação de meios de transporte sem condutor	142.763	179.721	122.604	104.956	108.535	92.647	65.540	56.630
772	Aluguel de objetos pessoais e domésticos	18.552	22.236	44.688	31.198	28.600	22.168	22.854	27.301
773	Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador	477.079	443.828	377.114	406.285	223.912	179.974	225.906	216.800
774	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	41.320	34.682	24.538	13.127	7.068	3.486	11	-
781	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	73.425	63.389	57.245	48.672	51.446	50.492	50.825	53.342
782	Locação de mão-de-obra temporária	123.827	141.675	140.005	115.405	86.769	65.718	59.672	63.195
783	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terce	21.618	11.249	5.532	-	-	-	-	-
791	Agências de viagens e operadores turísticos	153.113	124.077	108.835	101.461	107.529	100.214	85.979	77.681
799	Serviços de reservas, outros serv. turismo não especif	4.032	2.713	585	324	296	211	85	50

Arrecadação da Receita Administrada (Exceto Receitas Previdenciárias) - em R\$ de junho de 2009 (IPCA): Primeiro Semestre 2000/2009									
CNAE	Atividade	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
801	Atividades vigilância, segurança privada, transporte val	155.938	130.866	112.877	96.831	96.217	118.050	149.184	166.752
802	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	22.537	15.244	1.645	-	-	-	-	-
803	Atividades de investigação particular	1.796	1.645	1.686	1.584	1.642	2.035	1.902	2.604
811	Serviços combinados para apoio a edifícios	158.672	146.169	125.401	111.047	103.088	113.964	44.728	45.689
812	Atividades de limpeza	238.441	254.496	207.904	166.379	135.491	115.728	113.625	105.813
813	Atividades paisagísticas	9.145	9.072	6.921	5.384	5.618	6.140	6.630	5.601
821	Serviços de escritório e apoio administrativo	310.497	424.820	282.128	182.465	129.953	100.439	81.598	53.469
822	Atividades de teleatendimento	217.730	177.619	136.257	112.405	31.921	40.115	8.586	31.090
823	Atividades organização eventos, exceto culturais, espc	72.032	64.193	47.406	34.835	30.729	26.236	22.215	20.288
829	Outras atividades de serv. prestados principalm. às em	2.764.741	2.993.224	2.822.807	2.089.046	2.193.336	1.979.596	1.827.724	2.010.291
841	Administração do estado e da política econômica	6.551.229	5.893.937	5.381.332	4.612.565	4.346.150	4.505.245	3.788.796	3.746.297
842	Serviços coletivos prestados pela administração	2.376.033	2.220.879	2.199.699	1.897.606	1.702.552	1.670.671	1.639.284	1.846.349
843	Seguridade social obrigatória	797.724	831.556	985.297	909.256	851.494	818.084	627.529	1.136.973
851	Educação infantil e ensino fundamental	163.176	153.908	174.328	143.646	154.363	154.006	145.004	159.525
852	Ensino médio	131.842	133.021	123.042	115.053	123.057	128.343	113.134	120.209
853	Educação superior	1.286.644	1.316.656	1.078.391	1.020.922	1.026.254	1.010.484	901.943	859.669
854	Educação profissional de nível técnico e tecnológico	70.555	58.597	52.121	44.094	45.526	44.282	41.689	39.890
855	Atividades de apoio à educação	38.707	32.467	13.471	-	-	-	-	-
859	Outras atividades de ensino	266.141	260.366	233.891	230.450	218.955	217.609	166.584	165.065
861	Atividades de atendimento hospitalar	1.049.430	982.438	833.498	734.420	700.786	652.915	515.291	548.944
862	Serviços móveis de atend. a urgências e remoção de p	2.952	2.107	1.387	927	829	1.040	804	674
863	Atividades de atenção ambulatorial por médicos e odont	475.848	416.754	349.340	291.998	248.257	243.392	208.331	194.052
864	Atividades de serviços de complem. diagnóstica e terap	366.481	371.370	335.655	263.927	244.765	267.769	323.799	341.488
865	Atividades profissionais saúde, exceto médicos e odon	196.232	191.011	185.664	177.595	171.853	174.863	168.391	174.225
866	Atividades de apoio à gestão de saúde	9.395	8.256	5.965	-	-	-	-	-
869	Atividades atenção à saúde humana não especif. anter	405.083	479.417	432.917	422.278	443.081	471.173	434.055	484.346
871	Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos e	13.939	7.989	2.565	1.906	2.058	2.295	2.877	3.202
872	Atividades assistência portadores distúrbios psíquicos	5.976	5.661	1.114	682	595	488	424	458
873	Atividades assist. social em residências coletivas e par	16.802	23.036	25.399	28.963	30.227	31.723	21.934	21.296
880	Serviços de assistência social sem alojamento	95.345	89.506	71.875	67.421	73.668	64.898	50.577	39.034
900	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	126.559	126.802	133.557	129.652	109.332	100.921	83.081	85.016
910	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	12.582	13.637	9.443	11.248	6.993	9.093	8.056	9.371
920	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	5.287	5.660	17.391	20.332	14.342	12.733	16.765	17.217
931	Atividades esportivas	164.042	155.394	122.171	105.644	99.007	85.722	79.778	99.203
932	Atividades de recreação e lazer	47.704	52.015	60.638	55.078	45.417	39.625	37.398	36.386
941	Atividades organizações associativas patronais, empre	156.147	171.628	139.579	133.229	142.517	141.448	121.633	176.112
942	Atividades de organizações sindicais	96.355	102.145	97.798	89.886	93.852	93.194	66.338	72.570
943	Atividades de associações de defesa de direitos social	415.866	441.967	478.529	516.444	598.160	602.581	498.219	1.521.806
949	Atividades organ. associativas não especificadas anter	217.804	307.039	174.295	113.026	99.037	113.223	87.881	75.293
951	Reparação e manutenção equipamentos informática, co	48.151	84.867	81.651	47.057	69.089	82.569	62.260	63.848
952	Reparação e manutenção objetos e equip. pessoais dor	32.717	30.386	47.665	44.190	49.818	49.207	46.960	55.584
960	Outras atividades de serviços pessoais	89.638	90.128	105.152	92.029	92.734	86.102	71.051	69.708
970	Serviços domésticos	488	593	505	192	163	148	130	97
990	Organismos internac. e outras instituições extraterritór	1.570	1.419	1.662	1.221	1.353	1.967	1.319	1.456
SOMA		211.746.517	237.094.650	221.065.799	200.419.232	194.657.050	180.257.905	165.142.154	166.648.268
Elaboração própria a partir de tabulações especiais da RFB, RAD por Grupo (CNAE 2.0 - 3 dígitos). Deflator: IPCA.									

**Anexo 2. Variação da Arrecadação da RAD (Exceto Previdenc.) – 20 maiores perdas,
2009 x 2008 (em R\$ de junho de 2009 – IPCA)**

Setor	1 Semestre			Variação		Det Var
	j 2009	j 2008	j Variação	jun09x08	1sem09x08	1sem09x08
Fabricação de produtos derivados do petróleo	14.125.783.960	18.781.044.336	(4.655.260.377)	-9,2%	-24,8%	18,4%
Intermediação monetária - depósitos à vista	31.708.028.825	35.829.172.738	(4.121.143.913)	-18,7%	-11,5%	16,3%
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	4.848.742.510	8.500.769.673	(3.652.027.164)	-17,4%	-43,0%	14,4%
Siderurgia	3.759.085.482	5.318.562.092	(1.559.476.610)	25,8%	-29,3%	6,2%
Intermediação não-monetária, outros instrumentos de captação	3.544.858.833	4.924.162.444	(1.379.303.612)	-8,1%	-28,0%	5,4%
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	3.045.374.947	4.160.352.519	(1.114.977.572)	-24,8%	-26,8%	4,4%
Extração de minério de ferro	935.197.981	1.963.982.706	(1.028.784.725)	-9,1%	-52,4%	4,1%
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	4.450.576.052	5.412.552.588	(961.976.536)	1,1%	-17,8%	3,8%
Atividades de sociedades de participação	3.241.176.374	3.992.279.194	(751.102.820)	-50,9%	-18,8%	3,0%
Atividades de consultoria em gestão empresarial	1.515.050.883	2.245.252.382	(730.201.499)	-28,7%	-32,5%	2,9%
Comércio de veículos automotores	1.959.538.840	2.532.795.895	(573.257.055)	-17,3%	-22,6%	2,3%
Fabricação de caminhões e ônibus	750.306.880	1.280.553.088	(530.246.208)	-56,1%	-41,4%	2,1%
Fabricação de equipamentos de comunicação	780.615.134	1.294.547.900	(513.932.766)	-59,8%	-39,7%	2,0%
Fabricação de produtos químicos orgânicos	913.343.181	1.410.947.711	(497.604.531)	-13,5%	-35,3%	2,0%
Comércio atacadista especializado em outros produtos	3.749.343.702	4.179.019.293	(429.675.592)	-28,3%	-10,3%	1,7%
Metalurgia dos metais não-ferrosos	485.315.447	890.104.882	(404.789.435)	-38,7%	-45,5%	1,6%
Fabricação equip. de transp. não especificados anteriormente	603.448.146	966.162.705	(362.714.560)	-51,6%	-37,5%	1,4%
Telecomunicações por fio	2.638.398.841	2.952.745.324	(314.346.484)	-9,2%	-10,6%	1,2%
Fabricação de resinas e elastômeros	565.578.688	870.488.487	(304.909.798)	-33,8%	-35,0%	1,2%
Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	9.103.939.379	9.392.104.882	(288.165.503)	-7,2%	-3,1%	1,1%
TOTAL	211.746.517.067	237.094.649.975	(25.348.132.907)	-11,5%	-10,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria. Fonte primária: Receita Federal do Brasil.

**Anexo 3. Variação da Arrecadação da RAD (Exceto Previdenc.) – 15 maiores ganhos,
2009 x 2008 (em R\$ de junho de 2009 – IPCA)**

Setor	1 Semestre			Variação		Det Var
	j 2009	j 2008	j Variação	jun09x08	1sem09x08	1sem09x08
Administração do estado e da política econômica e social	6.551.228.988	5.893.937.448	657.291.540	16,3%	11,2%	-2,6%
Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	3.110.160.234	2.659.407.219	450.753.015	3,1%	16,9%	-1,8%
Seguros de vida e não-vida	2.375.292.583	1.976.971.528	398.321.055	1,5%	20,1%	-1,6%
Previdência complementar	2.920.446.902	2.580.830.327	339.616.574	-6,7%	13,2%	-1,3%
Construção rodovias, ferrovias, obras urbanas, obras-de-arte	1.197.820.294	890.457.269	307.363.025	18,0%	34,5%	-1,2%
Fabricação de bebidas não-alcoólicas	624.369.070	332.524.527	291.844.542	73,2%	87,8%	-1,2%
Produção de ferro-gusa e de ferroligas	1.067.201.649	790.803.413	276.398.236	-49,7%	35,0%	-1,1%
Captação, tratamento e distribuição de água	1.918.897.188	1.644.525.119	274.372.069	17,7%	16,7%	-1,1%
Arrendamento mercantil	761.596.554	530.681.927	230.914.628	-10,6%	43,5%	-0,9%
Transporte dutoviário	374.255.116	177.224.684	197.030.432	502,5%	111,2%	-0,8%
Serviços arquitet., engenharia, ativ. técnicas relacionadas	1.288.477.340	1.117.448.627	171.028.713	-7,9%	15,3%	-0,7%
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza etc.	1.169.433.933	1.010.235.013	159.198.920	-11,8%	15,8%	-0,6%
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	388.742.062	230.817.808	157.924.254	52,2%	68,4%	-0,6%
Serviços coletivos prestados pela administração pública	2.376.033.265	2.220.879.439	155.153.826	6,3%	7,0%	-0,6%
Incorporação de empreendimentos imobiliários	1.346.138.765	1.193.582.927	152.555.838	23,4%	12,8%	-0,6%
TOTAL	211.746.517.067	237.094.649.975	(25.348.132.907)	-11,5%	-10,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria. Fonte primária: Receita Federal do Brasil.